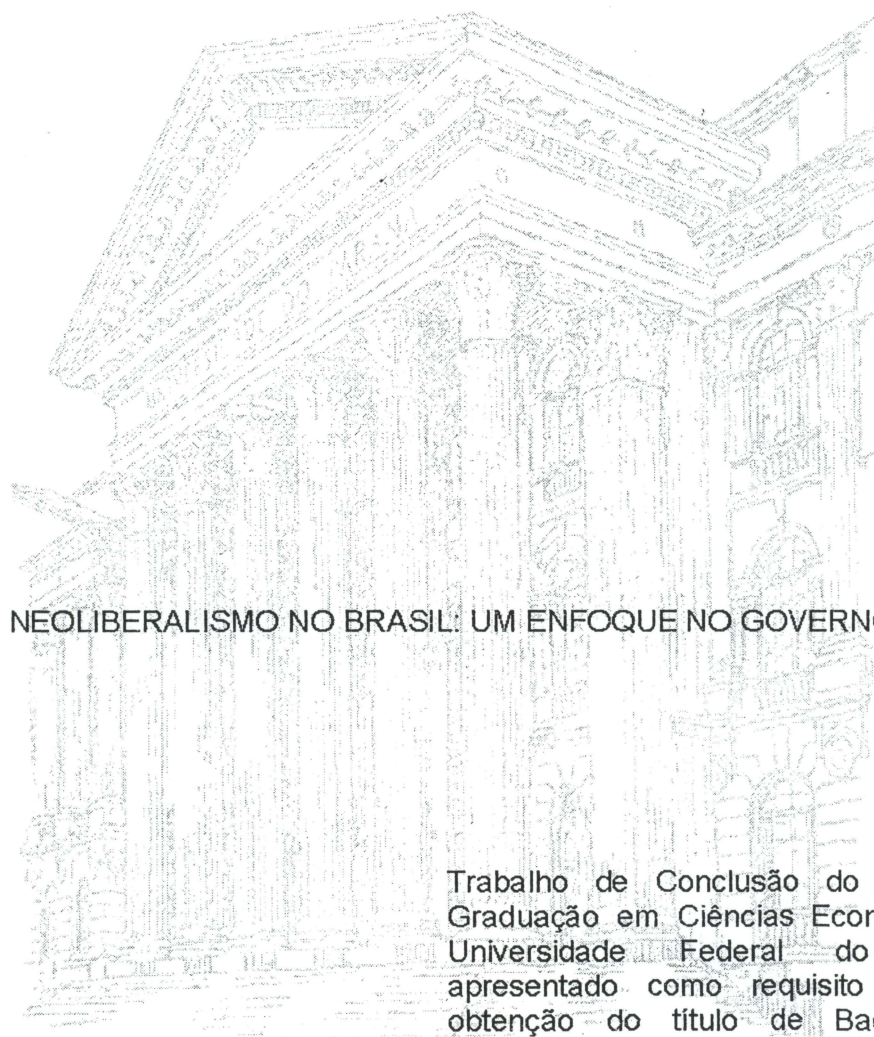


MARINA ANDRIOLI



NEOLIBERALISMO NO BRASIL: UM ENFOQUE NO GOVERNO LULA

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná, apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Igor Zanoni Carneiro
Constant Leão

CURITIBA

2011

TERMO DE APROVAÇÃO

MARINA ANDRIOLI

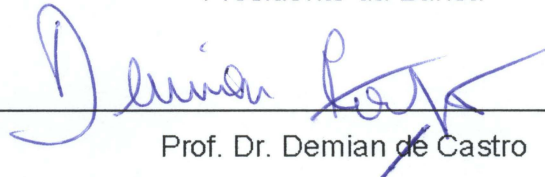
NEOLIBERALISMO NO BRASIL: UM ENFOQUE NO GOVERNO LULA

Trabalho de conclusão de curso aprovado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Paraná.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Igor Zanoni Carneiro Constant Leão
Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná
Presidente da Banca



Prof. Dr. Demian de Castro
Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná



Prof. Dr. Denise Maria Maia
Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná

Curitiba
2011

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai Sérgio, que deixou amor suficiente para que eu seguisse serena o meu caminho.

À minha mãe Rosângela, meu maior exemplo de coragem, que permitiu que eu estudasse longe de casa, e com seu otimismo amenizou muitos momentos de angústia e dúvida aqui em Curitiba.

Ao querido professor Igor, que tem as três melhores qualidades que um mestre pode ter: a humildade, a capacidade de manter motivados os seus alunos, e a minha preferida, ser poeta.

Aos amigos que fiz durante o curso, com quem eu vivi momentos muito felizes que deixarão saudades: Ana Luiza, Leonel Clemente, Alexandre Joboji, Alexandre Taveira, Nelson Granato, João Weiss, Rita Bacik, Andrey Moura e a todos os colegas do PET.

Ao professor Fabiano Dalto, que me concedeu a oportunidade de integrar o PET, grupo que foi decisivo na minha permanência no curso e que enriqueceu minha trajetória na graduação.

Por fim, meu agradecimento aos amigos de Santa Catarina que resistiram à distância e ao tempo, e ao meu amado Guilherme Lindner.

“Tantos pisam este chão que ele talvez um dia se humanize”

Carlos Drummond de Andrade

Contemplação no banco

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1 - DÍVIDA EXTERNA DA ARGENTINA E MÉXICO COMO PORCENTAGEM DO PIB (1980-1989).....	17
GRÁFICO 2 - VARIAÇÃO DO PIB 1979-1989.....	20
GRÁFICO 3 - DÍVIDA EXTERNA EM BILHÕES DE DÓLARES E INFLAÇÃO (%) 1979-1989.....	21
GRÁFICO 4 - DÍVIDA EXTERNA EM BILHÕES DE DÓLARES E INFLAÇÃO (%) 1990-1994.....	25
GRÁFICO 5 - VARIAÇÃO DO PIB 1990-1994.....	25
GRÁFICO 6 - TAXA DE VARIAÇÃO DO PIB 1990 A 2002.....	29
GRÁFICO 7 - GRAU DE INFORMALIDADE (%) 1992 A 2005*.....	31
GRÁFICO 8 - EVOLUÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (%) PIB.....	32
GRÁFICO 9 - BALANÇA COMERCIAL EM US\$ (MILHÕES).....	38
GRÁFICO 10 - DÍVIDA PÚBLICA EM US\$ MILHÕES.....	40
GRÁFICO 11 - SALÁRIO MÍNIMO NOMINAL 1990 A 2010.....	45
GRÁFICO 12 - EVOLUÇÃO DA TAXA DE POBREZA* E POBREZA EXTREMA** 1990 A 2009.....	46
GRÁFICO 13 - PORCENTAGEM DA RENDA NACIONAL DETIDA POR ESTRATOS DE RENDA 1990 A 2008.....	48
GRÁFICO 14 - EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER DE AMBOS OS SEXOS 1980 A 2009.....	51

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS NA DÉCADA DE 80 NA AMÉRICA LATINA.....	17
TABELA 2: EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS PRIVATIZADAS DESDE 1990.....	23
TABELA 3: VARIAÇÃO ANUAL DE PREÇOS 1990 A 2008 8 (%)	27
TABELA 4: TRANSAÇÕES CORRENTES - MONTANTES ACUMULADOS (US\$ BI)	27
TABELA 5: EVOLUÇÃO DO SALÁRIO-MÍNIMO NO BRASIL 1995 A 2007	31
TABELA 6: METAS DE INFLAÇÃO E INFLAÇÃO MEDIDA PELO IPCA	39
TABELA 7: RESERVA LÍQUIDA INTERNACIONAL EM US\$ MILHÕES.....	41
TABELA 8: PREVISÃO DE INVESTIMENTO REGIONAL EM INFRA-ESTRUTURA 2007-2020	42
TABELA 9: EVOLUÇÃO DE INDICADORES SELECIONADOS NO MERCADO DE TRABALHO DE 2003 A 2009.....	44
TABELA 10 - DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM PROPORÇÃO DO PIB 1995 A 2010.....	50
TABELA 11 - TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DAS PESSOAS DE 15 ANOS OU MAIS POR REGIÃO IDADE, SEGUNDO SEXO, COR/RAÇA E LOCALIZAÇÃO 1992, 2005 E 2008.....	52

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	9
2.	NEOLIBERALISMO	11
2.1.	ORIGENS DO NEOLIBERALISMO	11
2.2.	PRÁTICAS NEOLIBERAIS NO MUNDO	13
3.	NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA	14
3.1.	CONTEXTO DA ASCENÇÃO NEOLIBERAL NA AMÉRICA LATINA	14
3.2.	NEOLIBERALISMO NO BRASIL	18
3.2.1.	Governo Collor e Itamar	21
3.2.2.	Governo Fernando Henrique Cardoso 1995 a 1998 – Primeiro Mandato	26
3.2.3.	Governo Fernando Henrique 1999 a 2002 – Segundo Mandato	28
4.	GOVERNO LULA 2003 A 2010	33
4.1.	EXPECTATIVAS COM O NOVO GOVERNO	33
4.1.1.	O Partido Dos Trabalhadores	34
4.2.	O GOVERNO LULA	36
4.2.1.	O Início do Governo Lula	36
4.2.2.	Macroeconomia Do Governo Lula	38
4.2.3.	Renda E Emprego	43
4.2.4.	Políticas Sociais	46
5.	CONCLUSÃO	54
	REFERÊNCIAS	57

1. INTRODUÇÃO

O neoliberalismo surge como um ataque ao *Welfare State* já desgastado na década de 70 pelos sucessivos aumentos de gastos públicos, que acarretaram enormes e irreversíveis déficits fiscais para os governos da Europa e Estados Unidos. É nesse contexto que o liberalismo já presente na obra de Frederick Hayek em 1944, intitulada “O Caminho da Servidão”, e, discutido anualmente nos encontros da Sociedade de Mont Pelerin por importantes economistas, ganha território.

Entre as principais práticas neoliberais estão a desregulamentação financeira e o saneamento das contas públicas através da manutenção do tripé-ortodoxo, que consiste em obter superávits fiscais, controle inflacionário e manter o câmbio flutuante. Essas medidas são altamente recomendadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), com o objetivo de que os países mantenham o seu lugar no comércio internacional, bem como a sua credibilidade.

O Brasil foi um dos países da América Latina que mais tardiamente adotou as medidas liberalizantes, já presentes em todo o mundo globalizado, com o principal objetivo de conter a inflação. Foi na década de 90, com o Governo Collor, o primeiro eleito através do voto direto do povo, que as reformas neoliberais começaram a entrar em prática no Brasil e seguem até hoje.

O liberalismo entrou em prática rapidamente no Brasil, sendo acompanhado de: privatizações, elevações na taxa de juros, desregulamentação do mercado financeiro e do mercado de trabalho. No fim do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso em 2002, o Brasil encontra-se imerso numa crise da dívida interna e externa, além da deterioração do mercado de trabalho e crescente insatisfação popular.

O descontento gerado pelos governos de FHC, permite que pela primeira vez na história do país seja eleito um presidente de origem proletária, representante dos metalúrgicos do ABC paulista e membro de um partido de esquerda, o Partido dos Trabalhadores (PT). Luís Inácio Lula da Silva traz consigo a esperança de uma ruptura com o neoliberalismo e a adoção de políticas voltadas à população carente. Sua vitória, nas eleições de 2002, representou um apelo da população por mudanças.

Nesse trabalho, pretendemos fazer uma breve análise de todos os governos neoliberais no Brasil e demonstrar o contexto de seu surgimento, inclusive na América Latina. Posteriormente, faremos uma análise mais detalhada acerca dos dois mandatos e das expectativas que a eleição de Lula criou na população, e avaliaremos em que medida as políticas neoliberais são aplicadas nesse governo.

Na primeira sessão desse trabalho será feita uma retomada das origens do neoliberalismo, e, como sucedeu a sua aplicação universal. Na segunda sessão buscaremos entender o neoliberalismo na América Latina e o contexto de sua ascensão também no Brasil, com uma breve análise dos primeiros governos neoliberais até FHC. Na penúltima sessão serão observadas exclusivamente as políticas econômicas e sociais do governo Lula, uma subseção será dedicada ao PT e as expectativas de ruptura com a ordem vigente. Por fim, as conclusões nos indicarão os rumos atuais da economia brasileira e à medida com que as políticas neoliberais continuam.

2. NEOLIBERALISMO

Apresentaremos, nesta sessão, as origens e o conceito de neoliberalismo, baseando-se em diversos autores envolvidos na sua criação e crítica.

2.1. ORIGENS DO NEOLIBERALISMO

É atribuição de John Maynard Keynes, o desenho teórico da estratégia político-econômica que, desde a década de 30, transformou a natureza do Estado e das suas relações com as economias capitalistas avançadas. A prática desta nova forma de Estado foi necessária pelos efeitos devastadores da crise de 29, bem como do avanço político dos sociais-democratas contra o pensamento liberal e conservador (FIORI, 1992).

As políticas de corte keynesiano¹ foram capazes de diminuir os impactos das crises cíclicas, permitindo o pleno emprego e um pacto positivo entre sindicalistas e capitalistas. Assim, estavam consolidadas as bases do *Welfare State*². A estabilidade e eficácia desse modelo de Estado perduraram até a década de 70, quando profundas mudanças tecnológicas e financeiras, além da desaceleração do crescimento econômico do *Welfare State*, alertaram para uma nova crise e para a ineficácia do desenho keynesiano, o qual, ao elevar os gastos públicos continuamente, criou enormes déficits fiscais, sendo responsabilizado pela própria crise.

O Neoliberalismo, embora surgido como um fenômeno de ataque localizado ao *Welfare State* alcança proporções globais após a II Guerra Mundial. Enquanto teoria tem como base o texto do austríaco naturalizado inglês Frederic Hayek (1944) "O Caminho da Servidão". Nessa obra, Hayek afirma que todas as formas de coletivismo, como o nazismo, ou socialismo levam a supressão das liberdades individuais, já que nesse modelo centrado no Estado, poucos são os grupos responsáveis pela alocação eficiente dos recursos, não sendo capazes de geri-los de forma adequada. Para o autor, os seguidores dessas formas de coletivismo estavam em "caminho da servidão".

¹ Consistem em políticas que atuam de forma indireta sobre a demanda, e garantem os gastos sociais do governo.

² Modelo político e econômico introduzido em vários países da Europa e na América do Norte após a crise de 1929, onde o Estado é o assegurador de bem-estar por meio de intensiva intervenção.

Para Hayek (1944) a transformação social não deveria ser intencional ou planejada. No término de sua obra ele sugere: “Faz-se agora, mais importante remover todos os obstáculos com que a insensatez humana obstruiu o nosso caminho e liberar a energia criadora dos indivíduos...” (p. 223).

Em 1947 foi fundada a Sociedade de Mont Pelerin, onde Hayek reuniu os principais críticos da social democracia europeia e do New Deal norte americano. As reuniões ocorreram pelo menos duas vezes ao ano por três décadas. Dentre os membros desta sociedade, destacam-se Milton Friedman, Karl Popper, Ludwig Von Mises, Lionel Robbins, entre outros, e o principal tema de discussão eram os perigos da regulação estatal às liberdades individuais. Nas palavras de Anderson (1995):

“A polêmica contra a regulação social, no entanto, tem uma repercussão um pouco maior. Hayek e seus companheiros argumentavam que o novo igualitarismo (muito relativo, bem entendido) deste período, promovido pelo Estado de bem-estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos. Desafiando o consenso oficial da época, eles argumentavam que a desigualdade era um valor positivo – na realidade imprescindível em si –, pois disso precisavam as sociedades ocidentais. Esta mensagem permaneceu na teoria por mais ou menos 20 anos” (Anderson, 1995, p. 1).

Como afirma Anderson (1995), o novo liberalismo proposto por Hayek (1944) e a Sociedade de Mont Pelerin, teve seu auge na década de 70, duas décadas após a sua teorização, propiciado pelo início de uma crise econômica.

O trajeto de crescimento da economia internacional e o bom desempenho econômico até o fim da década de 60 reverteram-se, no início dos anos 70. Como primeiros sinais: o fim de Bretton Woods³ e o primeiro “choque do petróleo” em 73, que juntos elevam a inflação mundial e o desemprego e levaram a queda do crescimento da renda e a déficits nas balanças de pagamento. O mundo capitalista avançado entrou, pela primeira vez, num processo de estagflação. Este diagnóstico recessivo obriga os governos dos países desenvolvidos, orientados pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI), a aderirem severos ajustes macroeconômicos, que, como consequência, aumentariam o conflito distributivo e as tensões sociais.

³ Acordo firmado em 1944 entre 44 países não socialistas, seu objetivo era estabelecer o equilíbrio econômico mundial, num sistema monetário baseado em taxas de câmbio fixas em relação ao dólar que seria conversível em ouro.

Para Hayek e seus colegas, as origens da crise estavam na força do poder operário e sindical e nas suas pressões reivindicativas sobre os salários e aumentos dos gastos sociais do Estado, que levava a corrosão da base de acumulação capitalista. A solução para eles era garantir em primeiro lugar, a estabilidade monetária e a contenção de gastos do governo, além disso, o Estado deveria ofuscar a influência dos sindicatos, para a restauração da “taxa natural” de desemprego. Desta forma, o Estado estaria garantindo a existência do exército de reserva de trabalho, que conseqüentemente pressiona os salários para baixo e faz com que os sindicatos percam sua importância. Além disso, para Hayek, o Estado deveria realizar reformas fiscais para incentivar os agentes econômicos a investir (ANDERSON, 1995, p.2).

A implementação desse modelo não teve um curso fácil. Foi somente no fim da década de 70, com o fracasso das políticas convencionais que a ideologia neoliberal conquistou força: em 1974 Hayek conquistou o prêmio Nobel e Friedman em 1976, *pari passu* com a eleição de Margareth Thatcher e com o lema “*There is no Alternative*”, na Inglaterra, onde as idéias neoliberais passariam do plano teórico à prática. Sucederam Thatcher: Os Estados Unidos, com Ronald Reagan em 80, Helmut Kohl na Alemanha em 1982, e, posteriormente, quase todos os países da Europa Ocidental, com exceção da Áustria e Suíça. A liberdade do capital então se impôs nas mais relevantes economias do mundo.

2.2. PRÁTICAS NEOLIBERAIS NO MUNDO

O governo Thatcher, é considerado aquele em que as políticas neoliberais foram aplicadas mais puramente. Antes de se iniciarem as privatizações, foi contraída a oferta monetária, taxas de juros foram elevadas, os impostos para os rendimentos mais altos foram reduzidos, de maneira a incentivar os investimentos do grande capital, criam-se níveis consistentes de desemprego e é posta em prática uma nova legislação de cunho altamente anti-sindical, além disso, houve drásticos cortes sociais (ANDERSON, 1995).

Ronald Reagan foi o segundo líder mundial a romper com os princípios do *Welfare State* nos Estados Unidos. Foram promovidas políticas similares as da

Inglaterra, como: redução dos impostos a favor das altas rendas, aumento da taxa de juros, desregulações. Mas, ao contrário da política inglesa, esta não respeitou o orçamento da união, criando o maior déficit público da história americana desde então, motivados, principalmente, pela corrida armamentista contra a União Soviética para derrubada do comunismo.

Essa situação de déficit é sustentada, em parte, pela entrada de capitais japoneses e alemães, queda internacional dos preços do petróleo, controle da política monetária e fixação de preços em dólares (independendo das variações em outras moedas), esse cenário permitiu que a inflação norte-americana não se acelerasse, contribuindo para a reeleição de Reagan em 1984 (SIMONSEN, 1995).

No continente Europeu, os governos de direita praticaram políticas neoliberais, em certa medida, mais sutis daquelas das potências anglo-saxônicas, mantendo o foco de sua conduta no equilíbrio orçamentário e nas reformas fiscais, sem priorizar os cortes brutais dos gastos sociais ou as desavenças com sindicatos.

3. NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA

Nesta sessão, será apresentada uma retomada histórica do contexto de inserção das políticas neoliberais na América Latina e Brasil e de seus principais atores.

3.1. CONTEXTO DA ASCENÇÃO NEOLIBERAL NA AMÉRICA LATINA

Enquanto vigorava o *Welfare State* na América do Norte e na Europa, tínhamos na América Latina a predominância política e estratégica do pensamento cepalino, principalmente no que diz respeito a um de seus fundadores mais importantes: Raúl Prebisch. Esse modelo adotado na América Latina é chamado de Estado Desenvolvimentista, sua principal função era promover a industrialização, bem como o fornecimento de financiamentos para investimentos privados nacionais e a articulação entre os capitais privados nacionais e públicos, e, internacionais,

além de prover infraestrutura de transportes e telecomunicações. Para Prebisch, o atraso das economias periféricas só seria superado através de uma industrialização voltada para um desenvolvimento endógeno, que servisse de motor da economia, e que, só seria possível através de uma política protecionista e interventora, nas palavras de Prebisch sobre a industrialização:

“não é um fim em si mesma, senão o único meio de que dispõe para ir captando o fruto do progresso técnico e elevando progressivamente o nível de vida das massas”. (PREBISCH, 1964, p.27).

Ou seja, o Estado tem a função de moldar esse desenvolvimento industrial, com investimentos direcionados e favoráveis ao mercado interno e as condições naturais de cada país, com o objetivo de diminuir a dependência em relação aos países centrais⁴. Um dos principais pontos da teoria cepalina, pela qual se justifica a necessidade de um estado industrializante, é a de que os países periféricos ao se especializarem em produtos primários de mão-de-obra intensiva se afastariam do padrão tecnológico de produção dos países centrais, ou seja, das manufaturas de capital intensivo, e que, as trocas entre esses países no longo prazo se deteriorariam, incluindo os salários do setor primário em relação aos salários dos países centrais.

Então, assim como na América Latina, e nos países asiáticos de industrialização tardia, coube ao Estado a tarefa de promover o crescimento econômico, balizar a distribuição de riqueza, além de garantir os interesses nacionais num contexto multinacional, essas definições referenciam as características do Estado Desenvolvimentista. Para Fiori (1992):

“O Estado Desenvolvimentista agigantou sua estrutura, debruçando-se — quase sempre de forma autoritária e corporativa — sobre os vários grupos de interesse gerados pelo próprio processo de industrialização. Sua intervenção e sua política econômica, em particular, definiram — durante a vigência dos projetos de desenvolvimento nacional — os objetivos de curto e longo prazo da sociedade como um todo, decidindo sobre seus planos estratégicos e táticas de implementação.” (p.78).

Ou seja, o Estado Desenvolvimentista respondia por uma multiplicidade de interesses, públicos e privados, já que a política econômica foi capaz de traçar planos coletivos de ação, concentrando no Estado toda a dinâmica da produção e do processo de crescimento econômico.

⁴ Os países do centro são os industrializados as periferias as economias primário-exportadoras.

A criação de uma economia nacional independente, no molde desenvolvimentista, foi possibilitada pela pouca resistência que enfrentou dos liberais, – que no período em que esse Estado esteve em vigor, ficaram em posição defensiva –, além do apoio dos nacionalistas conservadores, da elite esquerda antiimperialista e até mesmo dos militares, temerosos com a Segurança Nacional no caso de uma nova crise na proporção da de 29. Nas palavras de Fiori (1992) “a contraface da hegemonia política social-democrata na Europa foi a supremacia nacional-desenvolvimentista na América Latina”.

Para Fiori (1992), a burocracia e os interesses distintos dos atores, fizeram com que esse Estado na América Latina ficasse limitado, levando-o no longo prazo a impotência.

As duas crises do petróleo 73 e 79, e a conjuntura externa desfavorável, de saída de capitais estrangeiros nos países de risco, que nesse contexto eram os latino-americanos, endividados, levaram esses mesmos países a “crise da dívida”, gerando déficits inviáveis no balanço de pagamentos. É nesse período turbulento da “década perdida”⁵, – num contexto de insatisfação popular e hiperinflação –, que se reforçam os argumentos neoliberais e se dá a passagem do Estado Desenvolvimentista para o neoliberal.

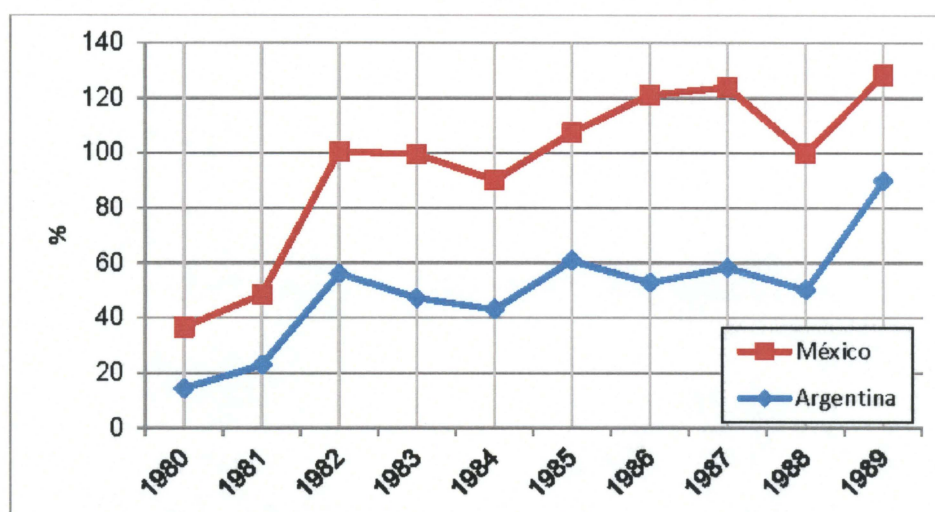
Entre as reformas estruturais recomendadas pelas políticas de ajuste neoliberal, estão como dito anteriormente a abertura comercial irrestrita e a desregulação dos mercados financeiros. Para Tavares e Fiori (1993), ambas as políticas continuarão sendo fonte de desequilíbrios, enquanto as nações não conseguirem atingir certo grau de estabilização e de crescimento com inserção internacional. Segue um trecho:

“Sem essas condições, as políticas econômicas liberalizantes são forçadas a movimentos de *stop and go*, com entradas e saídas de capitais que provocam desequilíbrios no balanço de pagamentos e repõem periodicamente condições de restrição de crédito interno com o retorno de políticas monetárias e cambiais ativas. As experiências do Chile, Argentina e México nos anos 70 e , novamente, Argentina e México nos anos 80, demonstram que a instabilidade financeira e cambial podem levar o sistema bancário a beira da insolvência”...(pág. 78).

⁵ Basicamente porque os governos centraram suas ações em buscar saldos comerciais que superassem os déficits no balanço de pagamentos.

Compreendemos assim, os mecanismos estruturais que fizeram alguns países latino-americanos como México e Argentina decretarem moratória da dívida externa em meados de 82.

GRÁFICO 1 - DÍVIDA EXTERNA DA ARGENTINA E MÉXICO COMO PORCENTAGEM DO PIB (1980-1989)



FONTE: CEPAL (2011).

No Gráfico 1, percebemos o salto exponencial da dívida externa no ano de 82, nesse mesmo ano, no México, a dívida chega a equivaler ao PIB dessa mesma nação, quando atingiu o valor de aproximadamente 90 bilhões de dólares (CEPAL, 2011). A tendência para os dois países é de endividamento crescente, temos outra significativa elevação em 89.

Na Tabela 1. Podemos observar alguns dados relevantes da América Latina para a década de 80. Percebemos, como dado mais expressivo, o crescimento sem precedentes da inflação no período.

TABELA 1: VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS NA DÉCADA DE 80 NA AMÉRICA LATINA

	1980	1985	1989
PIB crescimento (ind)	100	103,5	113,1
PIB per capita (ind)	100	92,2	91,7
Investimento/PIB	24,2	16,2	16,3
Inflação (%)	54,9	274,7	1.157,60

FONTE: CEPAL (2011)

É nesse contexto, que a América Latina foi o laboratório de experiências do neoliberalismo, o combate à inflação se constituiu no principal problema, os diagnósticos que levaram às políticas de desregulação foram os que atacaram a inflação como a culpada por problemas de deterioração dos serviços sociais e a estagnação do crescimento econômico, bem como o crescente empobrecimento da população. De acordo com Sader (2003), os argumentos do “imposto inflacionário” e a explicação de que a inflação era gerada principalmente por déficits do Estado ganharam grande aceitação, e num primeiro momento, mostraram-se eficazes. Para esse mesmo autor:

“Se na Europa Ocidental esse caráter hegemônico do neoliberalismo se dava pela adesão da socialdemocracia, na América Latina, quem personificava o “estatismo”, o “regulacionismo” e o “redistributivismo” eram correntes como o peronismo, o PRI mexicano, a Ação Democrática na Venezuela. Um após o outro – da mesma forma que a sucessão de adesões europeia que seguiram-se a Mitterrand e a Felipe González –, esses partidos foram adotando os modelos de ajuste fiscal, de estabilidade monetária, de desregulação, de privatização, de abertura das economias ao mercado internacional, com políticas que reproduziam de forma mecânica os “consensos” recomendados pelo FMI e pelo Banco Mundial. Na América Latina, os governos de Menem, de Salinas de Gortari, e de Ernesto Zedillo no México, de Carlos André Peres na Venezuela e de Fernando Henrique Cardoso no Brasil reproduziam essa conversão de forças de centro-esquerda para os modelos neoliberais”(pág.106).

Temos portanto, uma modificação do poder tradicional vigente por décadas sendo substituído por políticos vindouros da margem da vida política, embora apoiados por partidos tradicionais. É o caso de Fernando Collor de Melo no Brasil e Alberto Fujimori no Peru.

3.2. NEOLIBERALISMO NO BRASIL

O governo de José Sarney em 1986, o primeiro pós-ditadura militar pode ser visto como uma transição entre o período desenvolvimentista e o neoliberal, porém a adoção da doutrina neoliberal da política econômica só poderá ser claramente situada no início do governo Fernando Collor de Mello, – mesmo que este tenha sido um governo de curta duração devido ao *impeachment* sofrido em 1992 –, marcou um ponto de inflexão em relação à participação do Estado na intervenção econômica (MARQUES, FERREIRA, 2010).

Ao longo dos anos 90, o Brasil sofreu um rápido processo de liberalização nas esferas comercial, produtiva, tecnológica e financeira. Para Gonçalves (2003), esse processo de abertura tinha duas funções importantes:

- 1) Aumento do bem-estar para a elite econômica, através do mais fácil acesso a bens importados do exterior, maior facilidade de captação de recursos no exterior para os empresários brasileiros. Nesse ponto Gonçalves cita a síndrome das “carroças e dos *jet skis*”⁶.
- 2) Efeito pró-competitivo das importações, regulando o nível de preços e contribuindo no controle inflacionário. O controle inflacionário, quando efetivo, também serviria para dar legitimidade ao Estado. Além do interesse político e dos interesses da elite, a população também tinha a expectativa, que, com o controle da inflação, haveria a redução do imposto inflacionário⁷, sendo assim, haveria o aumento de seu poder de compra já deteriorado ao longo do insucesso dos planos de estabilização da década de 80 e início dos 90.

O governo brasileiro, durante a década de 80, fez várias tentativas de estabilizar a inflação. No governo de José Sarney, temos o Plano Cruzado, que faz uso da até então inédita experiência de congelamento de preços (choque heterodoxo). O plano cruzado foi um plano populista, com expansão dos gastos do governo, por exemplo, houve aumento dos gastos em 8% para os salários em geral e 16% para o salário mínimo. Na prática, o congelamento reduziu o IGP-DI para 61%, mas não trouxe a estabilidade.

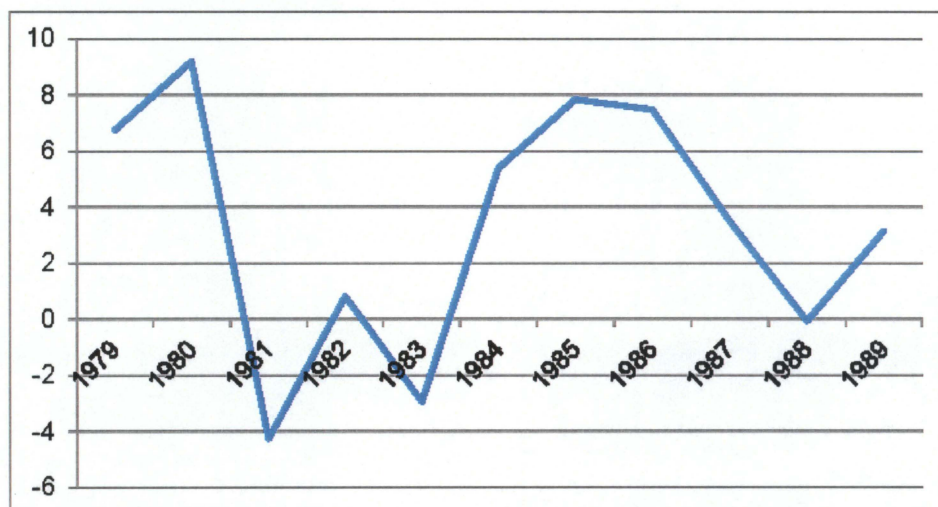
Seguiram-se o Cruzadinho (1986); O Cruzado II; Plano Bresser (1987), o programa denominado “feijão com arroz” (1989) e o Plano Verão (1989), este último com troca de moeda, em comum esses três planos tinham a meta de alterar os mecanismos de indexação, promover políticas de rendas e conseguir alguma estabilidade das dívidas pública interna e externa no longo prazo. No combate a inflação apesar de algum crescimento do PIB em alguns períodos e reduções da inflação, todos falharam no quesito estabilidade.

⁶ A palavra carroça era usada por Fernando Collor de Melo, para fazer comparação aos carros produzidos no Brasil pelas transnacionais (as carroças) e com os que a elite poderia adquirir por meio da abertura comercial.

⁷ Sistemática perda de poder aquisitivo da moeda, penalizando a população em benefício do Banco Central, decorrente da moeda render juros nominais nulos, e, estar desprotegida da inflação.

No Gráfico 2, percebemos o efeito da estagnação da produção. No ano de 1981 e 1983 temos uma variação negativa, ou seja, queda da produção em relação ao ano anterior. Há uma melhora no período de 1984 a 1987, mas que não se sustenta e termina numa taxa quase negativa no ano de 1989.

GRÁFICO 2 - VARIAÇÃO DO PIB 1979-1989

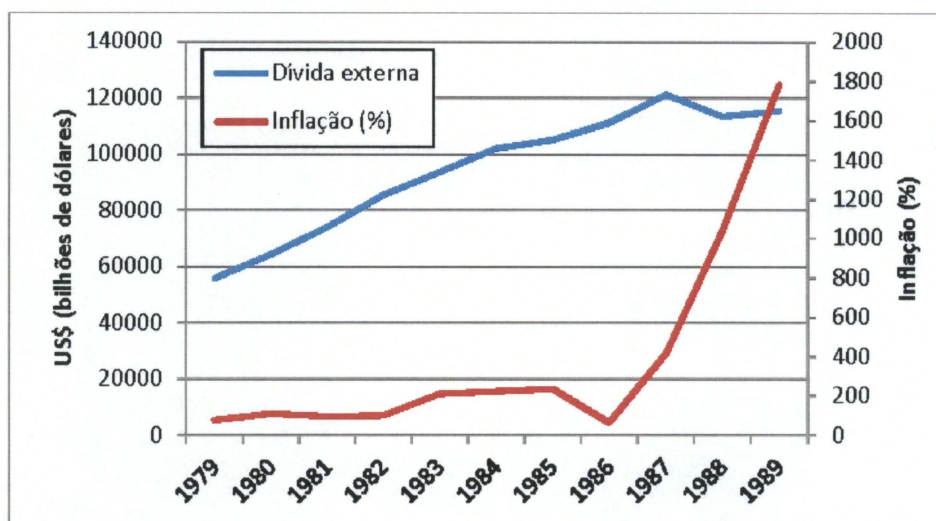


FONTE: IPEADATA (2011).

No Gráfico 3, podemos notar o crescimento exponencial da inflação, que juntamente com o baixo crescimento do PIB no Gráfico 2, apontam para o cenário de estagflação⁸. O crescimento da inflação no Brasil acompanha a tendência para a América Latina no período, bem como o aumento do endividamento externo.

⁸ Inflação combinada com estagnação do crescimento do produto.

GRÁFICO 3 - DÍVIDA EXTERNA EM BILHÕES DE DÓLARES E INFLAÇÃO (%) 1979-1989



FONTE: IPEADATA (2011).

Nas palavras de Fiori e Tavares (1993) em meio a esse malogrado contexto econômico:

“Quando se desenrolavam as eleições diretas para a presidência da República (outubro de 1989) já se havia alcançado no país, finalmente, um consenso básico: todas as forças políticas e as elites empresariais, intelectuais, etc. reconheciam que o Brasil não vivia apenas uma crise econômica conjuntural. Tratava-se de crise mais profunda e estrutural que estava sinalizando o esgotamento do modelo de desenvolvimento responsável, pela complementação tardia do programa tecnológico e organizacional da Segunda Revolução Industrial e do novo cenário econômico mundial.” (pág. 152-153).

A opção pela abertura comercial e desregulamentação comercial é a única alternativa a ser testada, depois do fracasso de um modelo que alcançou o seu esgotamento. A seguir faremos uma breve análise das principais políticas e da situação econômica do Governo Collor e Itamar Franco (1990 a 1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002).

3.2.1. Governo Collor e Itamar

A primeira eleição direta para a presidência da República no Brasil ocorreu em 1989. Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT) era um dos candidatos com chances de ascender à presidência, foi vitorioso no primeiro turno das eleições e contava com importantes apoios políticos como o de Leonel Brizola e Mario Covas, ambos derrotados no primeiro turno. Diante da ameaça de um partido

que na época representava uma crítica à elite dominante, à ideologia neoliberal e defensores de uma revolução socialista, a elite se engendrou e iniciou uma campanha contra o candidato do PT, apoiando outro candidato desconhecido, membro de um inexpressivo partido político, o candidato da elite era Collor e o Partido da Reconstrução Nacional (PRN). Collor saiu vitorioso e assume em março de 1990 renunciando⁹ em dezembro de 1992.

Como visto no Gráfico 1 e Gráfico 2, o contexto herdado pelo novo Presidente é de recessão e elevação do processo inflacionário. Entre suas principais medidas estão:

- 1) Liberalização comercial, que foi iniciada logo de início, através da eliminação das restrições administrativas, das sobretaxas de importação e das isenções fiscais previstas nos Regimes Especiais de Importação e a redução das tarifas médias alfandegárias para 32,2 % em 1990, 25,3 em 1991, 21,2 em 1992, e já no governo Itamar 17,1% em 1993 e 14,2% em 1992(GONÇALVES, 2003);
- 2) Troca de nomenclatura da moeda para cruzado novo;
- 3) Bloqueio dos ativos financeiros do setor privado (montante de depósitos em conta corrente e cadernetas de poupança que superasse 50 mil cruzados novos)¹⁰;
- 4) Congelamento de preços e salários;
- 5) Fim dos subsídios e incentivos fiscais;
- 6) Lançamento do Programa Nacional de Desestatização (PND)¹¹, tendo como principais resoluções a lei no. 8.031 de 12 de abril de 1990 que estabelece no seu primeiro artigo os seis objetivos do PND:

I – reordenar a posição estratégica do Estado na economia, transferindo à iniciativa privada atividades indevidamente exploradas pelo setor público;

⁹ Para escapar da pena de perda dos direitos políticos antes da conclusão do processo de impeachment. Collor volta à cena política em 2006, como governador de Alagoas. Hoje é senador com mandato até 2014.

¹⁰ Promoveu-se um sequestro de cerca de 75% dos ativos financeiros do setor privado [...] com o compromisso de começar a restituí-los a seus titulares no prazo de 18 meses (OLIVEIRA, p.216).

¹¹ Durante a administração de Figueiredo foi criada a Comissão Especial de Desestatização, que entre 81 e 84 foi responsável pela privatização de 20 empresas (GIAMBIAGI, PINHEIRO, p.262,1992).

II – contribuir para a redução da dívida pública, concorrendo para o saneamento das finanças do setor público;

III – permitir a retomada de investimentos nas empresas e atividades que vierem a ser transferidas à iniciativa privada;

IV – contribuir para a modernização do parque industrial do país, ampliando sua competitividade e reforçando a capacidade empresarial nos diversos setores da economia;

V – permitir que a administração pública concentre seus esforços nas atividades em que a presença do Estado seja fundamental para a consecução das prioridades nacionais;

VI – contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais, através do acréscimo da oferta de valores mobiliários e da democratização da propriedade do capital das empresas que integram o programa.

Na Tabela 2 podemos observar em negrito as empresas estatais que foram privatizadas durante o governo Collor e Itamar. Temos nesse período um total de 29 privatizações – a maioria das privatizações até o momento atual foi realizada nesse período – cabe lembrar que em alguns casos o governo continuou tendo participação, por vezes como acionista minoritário.

TABELA 2: EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS PRIVATIZADAS DESDE 1990

SIGLA	NOME DA EMPRESA	DATA DE EXCLUSÃO
BEC	Banco do Estado do Ceará S.A. e uma subsidiária (BEC-DTVM), adquirida pelo Bradesco.	21.12.2005
BEM	Banco do Estado do Maranhão S.A. e três subsidiárias (BEM-SG, BEMVTV, BEM-DTVM), adquirida pelo Bradesco.	10.02.2004
BEA	Banco do Estado do Amazonas S.A.	24.01.2002
BEG	Banco do Estado de Goiás S.A. e duas subsidiárias (BEG/DTVM e Sisplan)	04.12.2001
BANESPA	Banco do Estado de São Paulo S.A. e cinco subsidiárias	20.11.2000
DATAMEC	Datamec S.A. - Sistemas de Processamento de Dados	23.06.1999
GERASUL	Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A.	15.09.1998
TELEBRÁS	12 novas controladoras, abrangendo todas as empresas que compunham o Sistema TELEBRÁS (EMBRATEL, 27 empresas de telefonia fixa e 26 de telefonia celular)	29.07.1998
MERIDIONAL	Banco Meridional do Brasil S.A. (e cinco subsidiárias)	04.12.1997
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce (e 13 subsidiárias)	06.05.1997

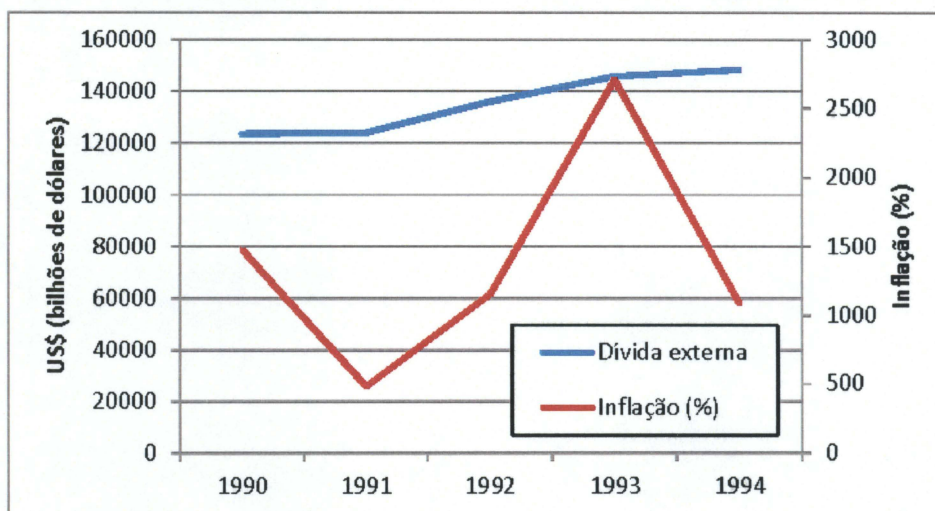
LIGHT	Light Serviços de Eletricidade S.A.	21.05.1996
ESCELSA	Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.	11.07.1995
EMBRAER	Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.	07.12.1994
EAC	Embraer Aircraft Corporation	07.12.1994
EAI	Embraer Aviation International	07.12.1994
NEIVA	Indústria Aeronáutica Neiva S.A.	07.12.1994
CARAÍBA	Mineração Caraiba Ltda.	28.07.1994
PQU	Petroquímica União S.A.	25.01.1994
AÇOMINAS	Aço Minas Gerais S.A.	10.09.1993
COSIPA	Companhia Siderúrgica Paulista	20.08.1993
ULTRAFÉRTIL	Ultrafertil S.A. Indústria e Comércio de Fertilizantes	24.06.1993
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional	02.04.1993
FEM	Fábrica de Estruturas Metálicas S.A.	02.04.1993
ACESITA	Companhia. Aços Especiais Itabira	23.10.1992
ENERGÉTICA	Acesita Energética S.A.	23.10.1992
FASA	Forjas Acesita S.A.	23.10.1992
GOIASFÉRTIL	Goiás Fertilizantes S.A.	08.10.1992
FOSFÉRTIL	Fertilizantes Fosfatados S.A.	12.08.1992
CST	Companhia Siderúrgica de Tubarão	23.07.1992
CNA	Companhia Nacional de Álcalis	15.07.1992
ALCANORTE	Álcalis do Rio Grande do Norte	15.07.1992
COPEL	Companhia Petroquímica do Sul	15.05.1992
PETROFLEX	Petroflex Indústria e Comércio S.A.	10.04.1992
AFP	Aços Finos Piratini S.A.	14.02.1992
SNBP	Serviço de Navegação da Bacia do Prata	14.01.1992
COSINOR	Companhia Siderúrgica do Nordeste	14.11.1991
COSINOR DIST.	DIST. Cosinor Distribuidora S.A.	14.11.1991
MAFERSA	Mafersa S.A.	11.11.1991
CELMA	Companhia Eletromecânica	01.11.1991
USIMINAS	Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.	24.10.1991
USUMEC	Usiminas Mecânica S.A.	24.10.1991

FONTE: MP/SE/DEST 14/01/2011

A partir da análise do Gráfico 4, notamos que a inflação devido ao Plano, caiu entre o ano de 1990 e 1991, porém voltou a subir chegando a 1.167,2% em 1992 e saltando para 2.851,3% no ano seguinte. No ano de 1994 temos uma brusca queda da inflação, que consegue ser controlada a partir de julho desse mesmo ano com o Plano Real, que será discutido na próxima sessão juntamente com a análise do

governo de FHC. Em relação à dívida externa é visível a sua tendência de aumento, principalmente a partir do ano de 1991.

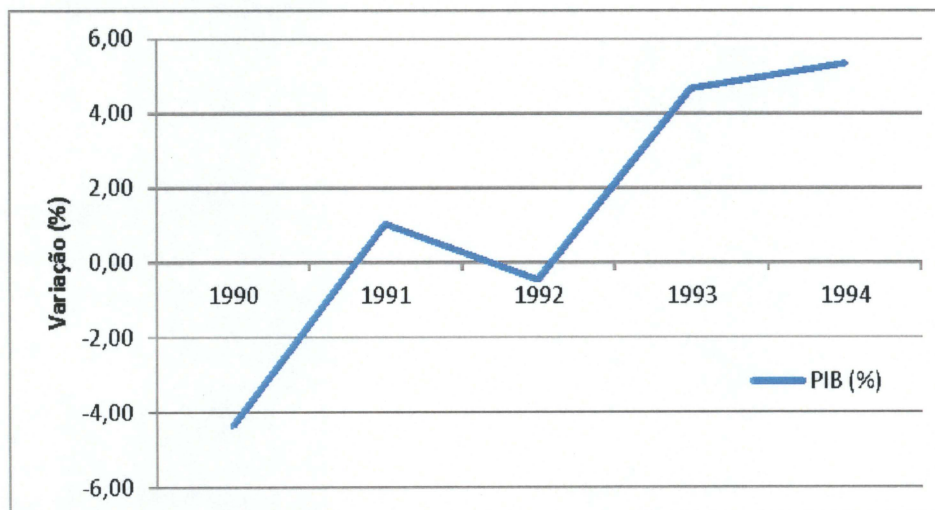
GRÁFICO 4 - DÍVIDA EXTERNA EM BILHÕES DE DÓLARES E INFLAÇÃO (%) 1990-1994



FONTE: IPEADATA (2011)

No Gráfico 5, observamos a queda do PIB no ano de 1990 e 1992 durante o governo Collor, temos uma recuperação para os dois anos seguintes.

GRÁFICO 5 - VARIAÇÃO DO PIB 1990-1994



FONTE: IPEADATA (2011).

Na opinião de Fiori e Tavares (2003):

“Do ponto de vista do combate inflacionário, entretanto, o êxito inicial do plano de estabilização da primeira fase político-econômica do governo Collor foi pequeno, como nos demais experimentos dos anos 80,

não conseguindo apagar a memória inflacionária nem construir a credibilidade indispensável ao investimento privado” (p.155).

Temos então o fracasso do Plano Collor I e II, dentre suas principais consequências estão o sucateamento de parcelas do capital industrial privado, à desindustrialização de alguns setores que vinham crescendo nos últimos trinta anos e efeitos nefastos para o trabalhador – a taxa de desemprego total medida pelo Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), na Grande São Paulo chegava a 15,5%, índice que bateu recorde desde o início das pesquisas do SEADE em 1985 – , esse governo termina devido a várias denúncias de corrupção, uma das mais curiosas é a de Pedro Collor, irmão do então presidente, acusando-o de participar de esquemas de corrupção com Paulo César Farias (ANTUNES, 2004).

3.2.2. Governo Fernando Henrique Cardoso 1995 a 1998 – Primeiro Mandato

O sucessor de Itamar, já era conhecido no meio acadêmico, principalmente pela autoria da obra *“Dependência e Desenvolvimento na América Latina, 1981”* juntamente com Enzo Faletto. FHC era ex-senador, ex-ministro das Relações Exteriores e Ministro da Fazenda de Itamar em novembro de 1994.

O principal problema do novo governo, assim como dos anteriores, era o combate à inflação. O Plano Real, iniciado no governo Itamar e continuado no FHC apoiaram-se numa política de estabilização monetária baseada na sobrevalorização da nova moeda criada e na abertura comercial e financeira, o Plano obteve êxito nesses objetivos, o impacto da mudança foi imediato¹² levando as taxas de inflação a caírem abruptamente. Como observaremos na Tabela 3, durante os quatro anos do primeiro mandato de FHC as taxas caíram sistematicamente, considerando o IGP, IPCA, IPC-FIPE, ICV-DIEESE, chegando em 1998 a valores próximos de 1% (FILGUEIRAS, PINTO, 2003).

A estabilidade causada pelo controle inflacionário e o fim do imposto inflacionário, faz o consumo se expandir no período juntamente com aumento da produção e do emprego, além disso, houve políticas de incentivo ao crédito e um

¹² Não nos atermos aqui, a detalhes do Plano Real e de sua execução, mas sim de seus efeitos macroeconômicos.

maior acesso a ele, por parte da população pobre. Apesar da estabilidade da inflação controlada e aumento do consumo, essa situação é considerada tênue, diante da fragilidade das contas externas e das finanças públicas do país, que analisaremos na Tabela 4.

TABELA 3: VARIAÇÃO ANUAL DE PREÇOS 1990 A 2008 8 (%)

ANO	ÍNDICE (em 12 meses)						
	IGP-M	IGP-DI	IPA-DI	IPC-BR	IPCA	IPC-FIPE	ICV
1994	1246,6	1093,9	1029,4	1237,9	916,43	941,25	1130,5
1995	15,25	14,78	6,39	25,91	22,41	23,17	27,44
1996	9,2	9,34	8,09	11,34	9,57	10,04	9,94
1997	7,74	7,48	7,78	7,21	5,22	4,83	6,11
1998	1,78	1,7	1,51	1,66	1,65	-1,79	0,47
1999	20,1	19,98	28,9	9,12	8,94	8,64	9,57
2000	9,95	9,81	12,06	6,21	5,97	4,38	7,21
2001	10,38	10,4	11,87	7,94	7,67	7,13	9,42
2002	25,31	26,41	35,41	12,18	12,53	9,9	12,93
2003	8,71	7,67	6,25	8,93	9,3	8,18	9,55

FONTE: Banco Central Do Brasil *apud* (FILGUEIRAS, PINTO, 2003).

TABELA 4: TRANSAÇÕES CORRENTES - MONTANTES ACUMULADOS (US\$ BI)

Discriminação	PRÉ-REAL		PÓS-REAL		LULA
	90-94	95-98	99-02	2003	
Balança Comercial	60,3	-22,4	13,9	24,8	
Serviços e Rendas	-70,5	-92,7	-101,6	-23,6	
Serviços	-21,5	-36,9	-27	-5,1	
Rendas	-49	-55,8	-74,7	-18,6	
Transferências Unilaterais correntes	8,6	9,3	7,2	2,9	
SALDO	-1,6	-105,8	-80,5	4,1	

FONTE: Banco Central do Brasil *apud* (FILGUEIRAS, PINTO 2003).

Notamos na Tabela 4, ao comparar o pré-real com o pós-real, que o superávit acumulado na balança comercial de US\$ 60,3 bilhões para um déficit de US\$ 22,4 bilhões, concomitante a um aumento do déficit da balança de serviços de US\$ 70,5 bilhões para US\$ -92,7 bilhões. E como dado mais grave o saldo negativo da conta de transações correntes aumentou em aproximadamente 100 vezes.

A deterioração das contas externas culminou com uma crescente piora das finanças do setor público, em parte pela política do governo de manter taxas de juros elevadas para assegurar a entrada de capitais estrangeiros, em sua maioria especulativos e não produtivos, que, juntamente com a rolagem da dívida pública

inibiu o crescimento do PIB, que foi de 4,22 % em 1995 e passa a 2,66% em 1996 e 3,27 em 1997 (IBGE,2011).

3.2.3. Governo Fernando Henrique 1999 a 2002 – Segundo Mandato

A maior característica do 2º Governo FHC foi ter sido um governo de crises. Filgueiras e Pinto (2003) fazem uma síntese delas:

- 1) O Governo teve que administrar sucessivas crises do balanço de pagamentos em 1999,2001 e 2002 obrigando-o a recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI) por três vezes, os empréstimos somados totalizam US\$ 87,1 bilhões.
- 2) Devido à dependência do FMI, o governo ficou atrelado as políticas macroeconômicas ditadas por ele que foram consonantes com as políticas neoliberais do Consenso de Washington.
- 3) Enfrentou crises de energia, que ficou conhecida como crise do “apagão”¹³, colocando em dúvida o modelo de privatização adotada por esse governo, e a própria popularidade do Governo.
- 4) Crise política interna, agravada pela saída do Partido da Frente Liberal (PFL), sendo um dos fatores que levou a derrota do PSDB na eleição de 2002.

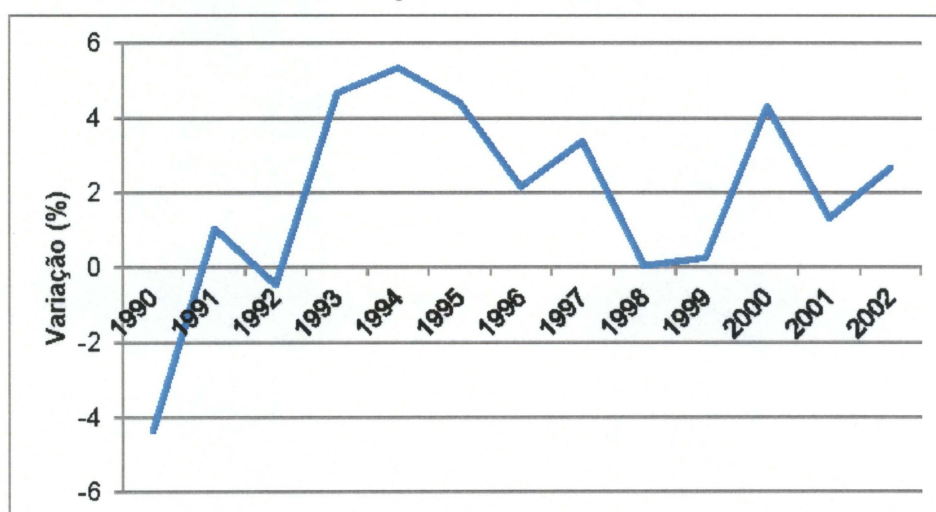
A crise no balanço de pagamentos levou o governo a alterar o regime cambial vigente para o regime de metas de inflação¹⁴ constituindo, juntamente com a obtenção de elevados superávits primários e o câmbio flutuante, o centro da política

¹³ Foi uma crise nacional, que afetou o fornecimento e distribuição de energia elétrica. Ocorrida devido a falta de chuvas e planejamento na geração de energia, em junho de 2001 e setembro de 2002.

¹⁴ “O regime de metas para a inflação é um regime monetário no qual o banco central se compromete a atuar de forma a garantir que a inflação efetiva esteja em linha com uma meta pré-estabelecida, anunciada publicamente. O regime de metas para a inflação caracteriza-se geralmente por quatro elementos básicos: i) conhecimento público de metas numéricas de médio-prazo para a inflação; ii) comprometimento institucional com a estabilidade de preços como objetivo primordial da política monetária; iii) estratégia de atuação pautada pela transparência para comunicar claramente o público sobre os planos, objetivos e razões que justificam as decisões de política monetária; e iv) mecanismos para tornar as autoridades monetárias responsáveis pelo cumprimento das metas para a inflação. Portanto, o regime de metas para a inflação envolve mais do que o anúncio público de metas numéricas para a inflação. A transparência e a prestação de contas regulares à sociedade e a seus representantes são elementos essenciais desse regime”(Banco Central,2010,p.7)

econômica do segundo mandato FHC, tendo como legitimação a manutenção da política de juros elevados. Essas políticas constituem o tripé ortodoxo-liberal que tem como objetivo fazer o governo ganhar credibilidade. Porém, quando o governo opta pelo tripé perde a sua capacidade de intervir na economia. A política fiscal é praticamente anulada já que as metas de superávits retiram do governo a sua capacidade de realizar gastos sociais e investimentos. Já a política monetária é delegada a um banco central que deve tornar-se autônomo. E a política cambial, com a liberalização financeira e ao permitir um número ilimitado de transações, torna insuficientes as reservas do banco central diante do poder dos mercados.

GRÁFICO 6 - TAXA DE VARIAÇÃO DO PIB 1990 A 2002



FONTE: IPEADATA (2011).

Ao analisar o Gráfico 6, notamos que os anos de 1998 e 1999 do segundo mandato de FHC foram medíocres, em termos de crescimento da produção, isso se deve, em parte, a opção dos empresários tanto do exterior quanto os brasileiros a investirem no capital especulativo no lugar do produtivo, motivados pelo rendimento proporcionado pelas altas de juros. Sader (2003) define a principal consequência da financeirização da economia:

“A modalidade adotada de estabilização monetária, centrado na atração de capitais financeiros para os papéis da dívida pública, promoveu a esse capital um papel hegemônico a economia” (p.164).

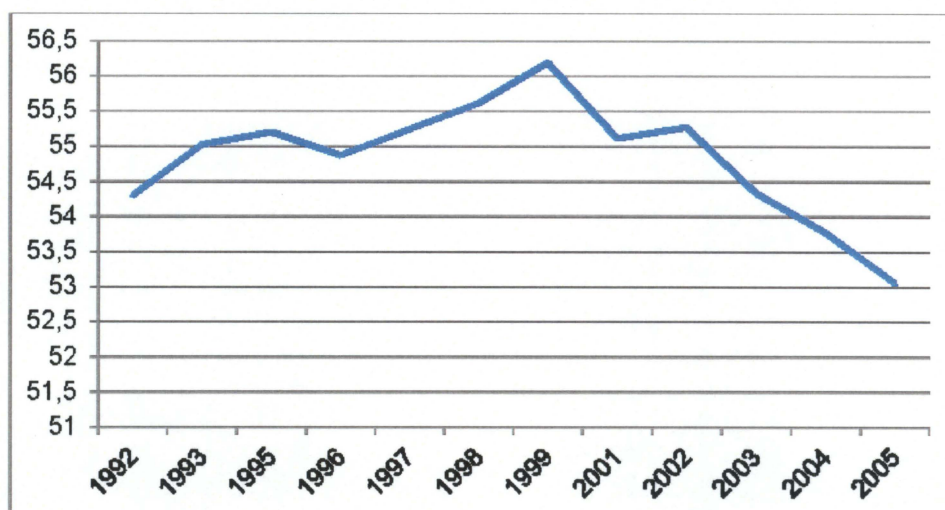
Outro importante efeito causado pelo modelo macroeconômico adotado foi a flexibilização¹⁵ do mercado de trabalho tendo como consequência direta a precarização desse mercado. Algumas das principais medidas de desregulamentação adotadas no governo Itamar e FHC foram:

- 1) Participação nos lucros ou resultados (PLR): se constitui em um salário variável, condicionando a remuneração do trabalhador ao seu desempenho e ao da empresa, intensificando o ritmo de trabalho.
- 2) Desindexação salarial: antes do Plano Real, os salários eram indexados a contratos, depois do Plano foi proibido qualquer tipo de acordo ou convenção que incluísse cláusula de reajuste ou correção automática dos salários vinculadas a qualquer índice de preço, implicando que muitas categorias profissionais não conseguissem negociar reajustes que efetivassem um aumento real dos salários;
- 3) Cooperativas profissionais: foram legitimadas por lei em 1994, permitindo que os trabalhadores pudessem se organizar e prestar serviços sem vínculos empregatícios;
- 4) Contrato por tempo determinado: A lei permite a utilização desse tipo de contrato em 50% dos empregados para empresas com até 50 empregados; 35% para empresas que possuem entre 50 e 199 empregados; e 20% para as corporações com mais de 200 empregados (MARQUES, FERREIRA, 2003).
- 5) Banco de horas: a lei determina que o trabalhador pode ultrapassar 44 horas semanais, sem receber hora extra, desde que haja compensação dessas horas ao longo de um ano.

Como observamos no Gráfico 7, o auge do aumento da porcentagem de trabalhadores informais, foi no ano de 1998 e 1999, em consequência da flexibilização das condições trabalho.

¹⁵ Entende-se por flexibilização da força de trabalho toda a iniciativa ou medida que deixa o trabalhador à disposição da empresa da empresa quanto a sua jornada de trabalho e tempo de contratação e quanto à estipulação de sua remuneração.

GRÁFICO 7 - GRAU DE INFORMALIDADE (%) 1992 A 2005*



FONTE: IPEADATA

*Esta taxa corresponde ao resultado da seguinte divisão: (empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria) / (trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria). Elaboração: Disoc/Ipea.

Na Tabela 5 podemos notar a deterioração dos salários, na chamada política de arrocho salarial¹⁶, em que três anos da série apresentada para o salário mínimo (em negrito) mostram um reajuste salarial abaixo do valor da inflação medida pelo INPC-IBGE, ou seja, nesse período não há aumento real dos salários, sendo o ano de 1996 aquele em que os trabalhadores diminuiriam em maior grau o seu poder de compra, porém, no total da série há um crescimento do poder aquisitivo de 42,15%.

TABELA 5: EVOLUÇÃO DO SALÁRIO-MÍNIMO NO BRASIL 1995 A 2007

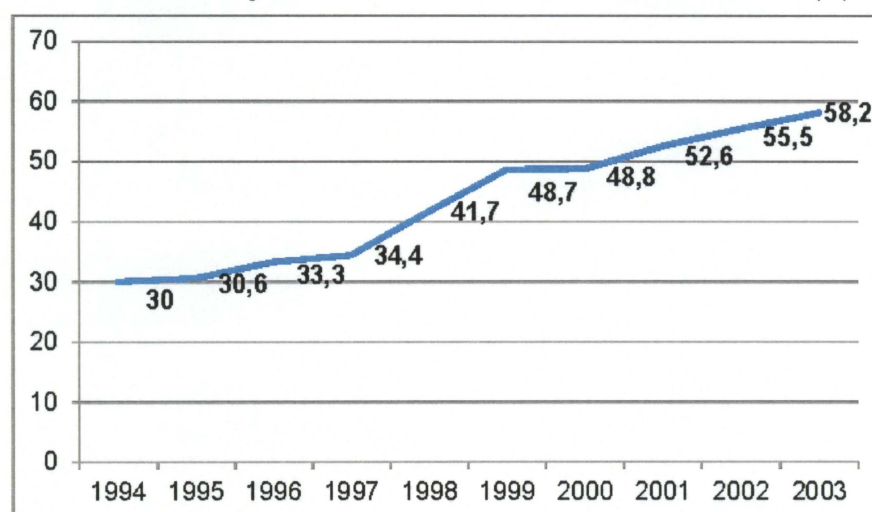
Data	Salário-mínimo	Reajuste (a)	INPC-IBGE	
			Inflação(b)	(a/b)
mai/95	R\$ 100,00	42,85%	16,50%	22,60%
mai/96	R\$ 112,00	12,00%	18,20%	-5,30%
mai/97	R\$ 120,00	7,10%	8,20%	-1,00%
mai/98	R\$ 130,00	8,30%	4,10%	4,00%
mai/99	R\$ 136,00	4,60%	5,40%	-0,80%
abr/00	R\$ 151,00	11,00%	5,40%	5,40%
abr/01	R\$ 180,00	19,20%	6,30%	12,20%
abr/02	R\$ 200,00	11,10%	9,70%	1,30%
Total gov. FHC		185,7%	100,98%	42,2%

FONTE: DATAPREV *apud* Marques, Ferreira 2003.

¹⁶ Ocorre quando os reajustes salariais não acompanham a inflação, fazendo os salários perderem o poder de compra e ficarem defasados no longo prazo.

Para Carneiro (2003), os movimentos de curto prazo de aceleração e desaceleração da economia, foram uma característica básica dos oito anos de Governo FHC (Gráfico 8), a mudança do regime cambial, a política de metas de inflação e um regime fiscal contracionista não foram capazes de reverter de forma estrutural a vulnerabilidade externa da economia e a fragilidade financeira do setor público. A desaceleração da economia norte-americana em 2000 que coincide com o estouro da “bolha financeira”, a crise da economia Argentina e o agravamento da economia norte-americana com o 11 de setembro aprofundaram a fragilidade financeira do setor público com o crescimento da dívida pública em relação (%) ao PIB, que podemos notar no Gráfico 8.

GRÁFICO 8 - EVOLUÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (%) PIB



FONTE: Banco Central

Antunes (2003) resume a herança que seria herdada por Lula da seguinte forma:

“Mudou muito, entretanto, o quadro político do país, e está subindo a temperatura social, nesta época de intempéries as mais estranhas. Aqueles que são os mais vilipendiados começam também a sair às ruas e expressar seu descontentamento. Vale lembrar que o primeiro ato contra Collor teve pequeno número de participantes. O primeiro ato das oposições em Brasília contra FHC e o FMI chegou perto da casa dos 100 mil. As ações do MST, lutando pela dignidade humana e pela busca de uma vida dotada de algum sentido, seguem-se em tantas partes do país. As recentes greves dos trabalhadores metalúrgicos contra as demissões e por salários nacionalmente equânimes são também mostras de que o espelho do tucanato palaciano começou a trincar. Ou melhor, a estilhaçar, pois para FHC o dilúvio parece ter chegado antes”.

É nesse contexto que Lula e pela primeira vez o PT, conseguem ser vitoriosos nas eleições de 2002, e é na análise comparativa desse governo e seus dois mandatos que dedicaremos à próxima sessão.

4. GOVERNO LULA 2003 A 2010

4.1. EXPECTATIVAS COM O NOVO GOVERNO

A sociedade via em Lula e no PT a possibilidade de mudança da situação vigente e a reversão da “herança maldita” deixada por FHC. Para ilustrar como se encontravam as expectativas com as possibilidades de transformação:

“A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva por uma ampla votação, coadjuvada pelo acompanhamento do voto proporcional que lhe dá expressiva bancada no Congresso, tem tudo para parecer o encerramento não apenas da Era FHC, mas, além dela, do longo ciclo da “via passiva” brasileira [...] Os votos dados a Lula foram, indefectivelmente, para a promoção de mudanças no sentido oposto à estagnação em que patinou o governo FHC depois do estrondoso êxito do Plano Real e a evidente deterioração do segundo mandato. É um caleidoscópio de protestos, promessas, possibilidades, frustrações, insegurança, falta de horizontes. É uma soma negativa, como na álgebra, onde menos com menos dá mais.” (OLIVEIRA, 2003, p.96).

Para Antunes (2003):

“Desde logo é preciso dizer que a vitória do PT de Lula pode vir a significar uma efetiva derrota política do neoliberalismo, que vem afetando, de modo avassalador, pelo menos desde meados de 1980, toda a América Latina. No Brasil, se o neoliberalismo começou com a eleição de Collor, em 1989, foi, entretanto no Governo FHC, entre 1994 e 2002, que ele de fato deslançou. Como em quase toda América Latina, o desemprego, a precarização do trabalho e a exclusão social proliferaram. E no Brasil de FHC não foi diferente”. (ANTUNES, 2004, p.131).

A expectativa desses dois autores representa o sentimento da sociedade no momento da mudança. Havia claramente a esperança de que uma ruptura fosse feita e de que o programa defendido pelo PT moldasse as políticas econômicas do governo. A esperança é alimentada pelo discurso de posse do Presidente Lula, no qual ele afirma que a palavra chave envolvida na motivação da sua vitória é a mudança. Segue um trecho:

“Mudança”; esta é a palavra chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. A esperança finalmente venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de

trilhar novos caminhos. Diante do esgotamento de um modelo que, em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso de uma cultura do individualismo, do egoísmo, da indiferença perante o próximo, da desintegração das famílias e das comunidades. Diante das ameaças à soberania nacional, da precariedade avassaladora da segurança pública, do desrespeito aos mais velhos e do desalento dos mais jovens; diante do impasse econômico, social e moral do país, a sociedade brasileira escolheu mudar e começou, ela mesma, a promover a mudança necessária. Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: para mudar. Este foi o sentido de cada voto dado a mim e ao meu bravo companheiro José Alencar. E eu estou aqui, neste dia sonhado por tantas gerações de lutadores que vieram antes de nós, para reafirmar os meus compromissos mais profundos e essenciais, para reiterar a todo cidadão e cidadã do meu País o significado de cada palavra dita na campanha, para imprimir à mudança um caráter de intensidade prática, para dizer que chegou a hora de transformar o Brasil naquela nação com a qual a gente sempre sonhou: uma nação soberana, digna, consciente da própria importância no cenário internacional e, ao mesmo tempo, capaz de abrigar, acolher e tratar com justiça todos os seus filhos.” (Folha de São Paulo, 01/01/2003).

Depois dos emblemáticos cem dias de governo, Antunes (2003) à folha de São Paulo:

“Ainda não temos nenhum elemento substantivo para responder categoricamente se o Governo Lula será o fim retumbante do nefasto neoliberalismo da fase FHC e, conseqüentemente, o início de uma nova e auspiciosa fase, *para a qual tanto lutamos*, ou será uma continuidade (abrandada ou intensificada) daquele período de desertificação social e política do país. Podemos até dizer que os *cem dias* são sintoma de algo – e por certo o são –, o começo não é nada bom (p.144)”.

Para entendermos a motivação da opinião pública, vamos dedicar a próxima sessão a uma breve análise da trajetória do PT.

4.1.1. O Partido Dos Trabalhadores

O PT foi fundado em 10 de fevereiro de 1980, em São Paulo, pela iniciativa de operários liderados por Luiz Inácio Lula da Silva, e foi reconhecido oficialmente como Partido em 11 de fevereiro de 1982 pelo Tribunal de Justiça. O contexto de formação do PT é o mais turbulento possível na América Latina. Como bem define Antunes (2003):

“Nascido no seio das lutas sociais, sindicais e da esquerda do final dos anos de 1970, o jovem partido surgia, então, sob o signo da recusa, tanto do “socialismo real” quanto da social democracia sem migrar para o capitalismo. Sua força e vitalidade decorriam do forte vínculo com os movimentos e as forças sociais do trabalho. A década de 1980 que tantos consideram como “a década perdida”, para o mundo do trabalho foi um

período de criação e avanço. Bastaria lembrar que ali floresceram, além do PT, da CUT e do MST, uma pletera de movimentos sociais e sindicais, dos campos e das cidades, que irrompiam pela base, questionando nossa trajetória quase prussiana, autocrática, cujos extratos “de cima” expressavam um universo burguês ao mesmo tempo agressivo e medroso, elitista e insensível.” (p.166).

Ou seja, o PT surge legitimamente como uma iniciativa de trabalhadores em prol da defesa de seus direitos de classe, e na criação de um estado de bem-estar social, num período da economia em que mais urgiam políticas sociais voltadas à melhora dos salários e das condições de subsistência dessa classe. Na Carta de Princípios do PT, de 1979, antes de sua fundação, temos a defesa desses interesses, a seguir:

“O PT define-se também como partido das massas populares, unindo-se ao lado dos operários, vanguarda de toda a população explorada, todos os outros trabalhadores –bancários, professores, funcionários públicos, comerciários, bóias-frias, profissionais liberais, estudantes etc. – que lutam por melhores condições de vida, por efetivas liberdades democráticas e por participação política[...]O Partido dos Trabalhadores denuncia o modelo econômico vigente, que, tendo transformado o caráter das empresas estatais, construídas pelas lutas populares, utiliza essas empresas e os recursos do Estado, em geral, como molas mestras da acumulação capitalista. O Partido dos Trabalhadores defende a volta das empresas estatais a sua função de atendimento das necessidades populares e o desligamento das empresas estatais do capital monopolista.”(p 6-7).

Percebemos uma forte postura do PT contra a ordem vigente, e o apoio aos trabalhadores que sofrem toda forma de exploração. Não podemos falar aqui de mudança ideológica, mas sim de uma transformação pela qual o PT passaria motivado pela transformação das estruturas econômicas e sociais.

Como visto anteriormente, a década de 1990 foi de privatizações, desindustrialização, financeirização da economia, aumento da dívida pública, entre outros. Essas condições adversas serviram para moldar a própria evolução do PT, fazendo abrandar a sua posição contra a ordem vigente, principalmente motivada pelas duas derrotas nas eleições de 1994 e 1998. Como afirma Boito (2003):

“Ao contrário do que têm afirmado ou sugerido os intelectuais progressistas e revolucionários que têm criticado de modo pioneiro e corajoso, o governo Lula, a mudança de orientação do Partido dos Trabalhadores, de seus aliados e dos integrantes da equipe governamental não é recente e nem pode ser pensada como uma simples mudança de orientação desses políticos profissionais. Essa mudança de orientação faz parte de um processo mais longo e mais profundo”. (p.2).

Na análise de Boito (2003), o PT teve que se submeter a todo tipo de acordo para ser aceito pela burguesia e pela mídia, além disso, partes das classes populares foram atraídas pelo neoliberalismo, já que em 1990 houve a criação de uma nova hegemonia burguesa baseada no modelo neoliberal dependente.

Essa hegemonia age sobre as próprias classes sociais, moldando-as. Boito não reduz a responsabilidade do PT, mas afirma que a sua conduta atual é fruto da necessidade de apoio por parte da burguesia, classe média, operários e camponeses que também foram transformados pelas novas necessidades da classe dominante. Para ele, essa análise transcende o nível dos partidos políticos, já que age sobre as próprias classes sociais. A partir do momento que Lula muda seu discurso, durante a campanha eleitoral contra FHC, há a aproximação da burguesia, que antes votava contra o PT, e de apoio ao governo.

4.2. O GOVERNO LULA

4.2.1. O Início do Governo Lula

Como afirmado anteriormente, o resultado da eleição que fez de Lula presidente, é fruto do descontentamento e rejeição popular em relação ao governo FHC, expressando uma grande vontade de mudança da população.

Porém, o que temos no primeiro mandato de Lula é um alinhamento com as políticas de FHC e uma continuidade, levando esse governo a sofrer muitas críticas, a seguir algumas delas:

“É inequívoco que o presidente Lula apoiou-se nos mesmos pilares teóricos do ex-presidente FHC, seu antecessor, para elaborar seu modelo de política econômica. Logo nos primeiros dias e meses do novo governo, foram poucos os que perceberam que não haveria qualquer mudança substantiva na forma de condução da economia. Hoje, a percepção é muito mais generalizada, e membros do governo já admitem que o modelo é o mesmo de FHC”(SICSÚ,2003,p.311).

“No entanto, transcorrido já um ano e três meses do Governo Lula, verifica-se que as ações e políticas econômicas implementadas até aqui vêm dando continuidade à mesma política econômica concebida e executada pelo governo FHC” (FILGUEIRAS, PINTO, 2003, p.9).

“Desde que assumiu, em janeiro de 2003, o governo Lula vem praticando uma política econômica de inclinação inequivocamente liberal, confirmando o que muitos esperavam, alguns com angústia, outros com

alívio. Teses e argumentos incansavelmente defendidos ao longo dos oito anos de governo FHC, sempre criticados pelo Partido dos Trabalhadores, são agora afirmados pelo governo do PT com desconcertante naturalidade”(PAULANI,2003,p.59).

Percebemos na fala desses três autores o consenso sobre o caminho que o governo Lula está seguindo em seu primeiro mandato como Presidente. Paulani (2003), é ainda mais severa na crítica, comentando em seu artigo “*Brasil Delivery: A política econômica do governo Lula*” sobre uma charge feita pelo cartunista Angeli e publicada na Folha de São Paulo em 26 de abril de 2003 , onde um indivíduo confunde o retrato de Lula com o próprio FHC.

Algumas razões são levantadas para explicar o porquê da não ruptura por parte do governo Lula, entre elas estão as seguintes preposições:

1) *There is no Alternative* (TINA), essa é enumerada como a primeira razão para que não houvessem mudanças na conduta econômica e política do novo governo. A TINA baseia-se na suposição de que só existe uma macroeconomia, onde a política monetária fica atrelada às metas inflacionárias, a política fiscal a necessidade de superávits e a política cambial é comandada pelo mercado, e qualquer outra política em desacordo com essas suposições colocará em risco de “credibilidade” esse país. (PAULANI, 2003).

2) Existe alternativa, mas mudanças não podem ser feitas de forma brusca, Sicsú(2003, p.311), faz menção a expressão metafórica que foi utilizada nesse período: “*não podemos dar cavalo-de-pau em transatlântico*”

3) Lula optou pela “governabilidade”, ou seja, para resolver os problemas herdados do governo anterior, utilizou das políticas existentes.

Sicsú (2003) faz algumas considerações para explicar as opções escolhidas pelo governo Lula. Ele afirma que embora “os pilares teóricos” do modelo adotado por Lula sejam os mesmos de FHC, as políticas macroeconômicas do primeiro são mais intensas que as de Lula. Afirma também que a opção do Presidente foi por um modelo definitivo e que não existe Plano B, e que, por ora, não há transição em curso.

Vamos analisar agora, brevemente, as principais políticas do governo Lula no seu primeiro e segundo mandato, para depois, verificarmos em que medidas as opiniões desses autores se legitimam.

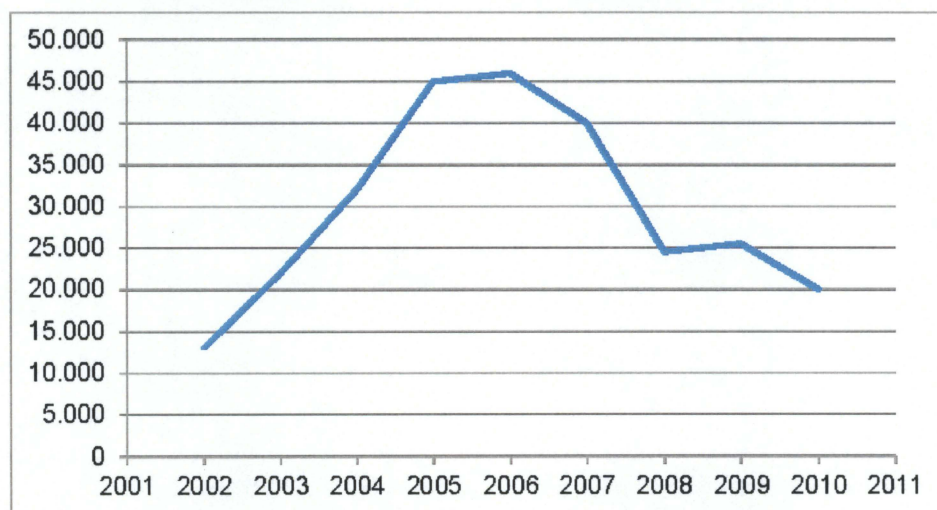
4.2.2. Macroeconomia Do Governo Lula

Há um consenso na literatura de que o governo Lula manteve a mesma política macroeconômica de FHC, ou seja, continuou com o regime de metas de inflação, ajuste fiscal permanente e câmbio flutuante. Sem que houvesse uma nova recomendação do FMI, que tinha como meta original um superávit primário de 3,75%, o Ministro da Fazenda Antônio Palocci anunciou que o Brasil faria um superávit “necessário”¹⁷, aumentando-o para 4,25% do PIB.

Outro aspecto macroeconômico importante é a elevação da taxa de câmbio no segundo semestre de 2003, resultando em elevação dos preços domésticos influenciada pelas importações mais caras, com essa política, o governo assumiu a possibilidade de se tornar impopular já que houve também elevação da taxa de juros.

Os superávits comerciais renderam bons resultados na balança de serviços, que se tornou superavitária, gerando como efeito uma redução da vulnerabilidade externa da economia tão agravada no FHC. Como observaremos no Gráfico 9.

GRÁFICO 9 - BALANÇA COMERCIAL EM US\$ (MILHÕES)



FONTE: Banco Central

Notamos uma recuperação da balança comercial, que mantém sua trajetória ascendente até o ano de 2008, quando ocorre a crise imobiliária norte-americana e uma desaceleração do consumo motivada pelo aumento da taxa SELIC (Sistema

¹⁷ Nesse caso, a palavra necessário está entre aspas porque em seu discurso o Ministro deixou uma incógnita não revelando se o novo superávit seria maior ou menor do que o recomendado pelo FMI.

Especial de Liquidação e Custódia), elevando essa taxa de 11,25% para 13,75%. A melhora até a crise de 2008 é atribuída em parte ao bom cenário internacional com o crescimento da economia chinesa e norte-americana, além da valorização das *commodities*, principal produto da nossa pauta de produtos exportados que em 2005, por exemplo, correspondeu a 46,9% do total dos produtos exportados, em 2010 esse valor atingiu aproximadamente 52,5% do total das exportações (SECEX, 2011).

O aumento crescente das *commodities* na pauta de exportações brasileiras está diretamente relacionado com a reestruturação produtiva ocorrida na década anterior, que não estimulou e ainda eliminou importantes elos da cadeia produtiva, fazendo com que os setores intensivos em tecnologia e capital perdessem o dinamismo. Porém seria um equívoco afirmar que a dependência da geração de superávits na balança comercial do setor primário é recente, a dependência do setor primário é estrutural. Ademais, a nova reestruturação não conseguiu romper essa dependência, agravando-a.

Em relação às metas de inflação elas foram cumpridas, ou não destoaram muito dos limites que foram estabelecidos, o único ano em que a inflação foi maior que a meta foi o de 2003. É importante observar, que mesmo com as adversidades da crise de 2008 o governo foi capaz de manter a inflação dentro da meta, como observamos na Tabela 6 abaixo:

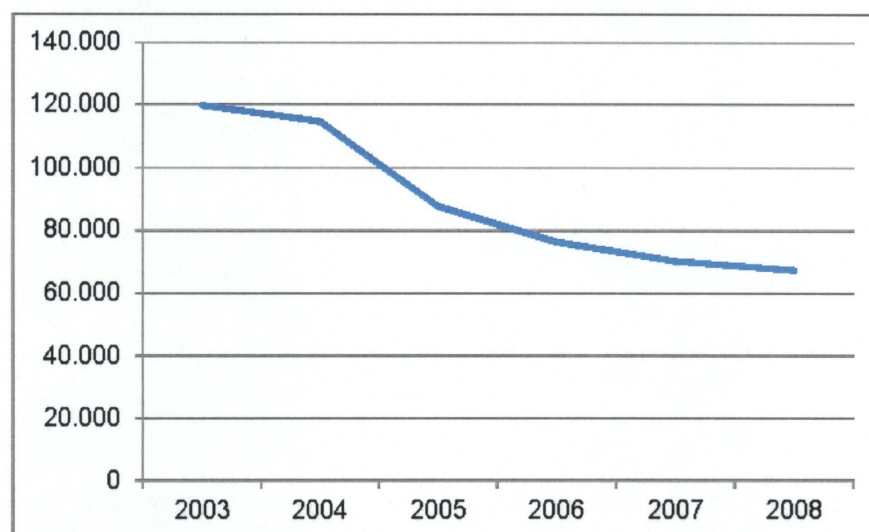
TABELA 6: METAS DE INFLAÇÃO E INFLAÇÃO MEDIDA PELO IPCA

ANO	METAS DE INFLAÇÃO (%)	INFLAÇÃO IG-PM
2003	1,5 a 7,5	9,3
2004	3 a 8	7,6
2005	1,5 a 7	5,7
2006	1,5 a 7	3,14
2007	2,5 a 7,5	4,46
2008	2,5 a 7,5	5,9
2009	2,5 a 7,5	4,31
2010	2,5 a 7,5	5,91

FONTE: Banco Central e IPEADATA. Elaboração própria.

Tratando da dívida pública, temos um governo que melhorou as suas contas, no governo Lula até o ano de 2008, temos uma diminuição da dívida, conforme observaremos no Gráfico 10.

GRÁFICO 10 - DÍVIDA PÚBLICA EM US\$ MILHÕES



FONTE: IPEADATA.

Para Filgueiras e Gonçalves (2007) a queda da dívida pública ocorreu devido à redução da taxa de juros, juntamente com o crescimento do PIB, e principalmente pela valorização do real. Eles também enfatizam a importância que a diminuição da dívida externa em relação ao PIB teve para influenciar na trajetória descendente da dívida pública. Cabe lembrar aqui que a dívida pública interna representa um alto custo fiscal para o estado, dado que as taxas de juros internas são mais altas que as externas, ou seja, a manutenção de uma alta taxa de dívida pública fragiliza a situação fiscal do Estado.

O PIB no governo Lula motivado pelas exportações de *commodities*, apresenta uma trajetória de crescimento, sendo de 5,3% em 2003 com relação a 2004, no primeiro ano de governo, e, de 7,9% de 2009 para 2010, sendo este o ano do governo Lula em que o PIB teve maior crescimento. Temos um valor negativo de 2009 em relação a 2008, de - 0,33% devido à crise internacional (IBGE, 2011).

Outro dado importante, de melhora na economia é a quantidade de reservas internacionais do país. O Brasil pode aumentar esse número a partir de 2005 conforme indicado na

TABELA 7.

TABELA 7: RESERVA LÍQUIDA INTERNACIONAL EM US\$ MILHÕES

ANO	RESERVAS INTERNACIONAIS
2002	37.823,456
2003	49.296,202
2004	52.934,843
2005	53.799,285
2006	85.838,864
2007	180.333,609
2008	206.805,823
2009	239.054,106
2010	288.574,604

FONTE: IPEADATA

Os valores da Tabela 7, nos mostra as reservas internacionais descontadas dos empréstimos tomados junto ao FMI. Notamos um expressivo aumento do ano de 2003 até o último ano do mandato de Lula, de aproximadamente 500%.

Em relação aos programas do governo, o mais importante deles é o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), um programa com o objetivo de gastos de investimento público para estimular o crescimento e o investimento privado. Lançado no segundo governo Lula em janeiro de 2007, com projeções iniciais de investimentos da ordem de 503,9 bilhões (TCU, 2010), é considerado por alguns autores como um ponto de inflexão do governo Lula. Nas palavras de Sicsú (2007):

“Com o PAC, o governo tenta retomar o controle da nau Brasil, que estava à deriva. O PAC não aceita a idéia de que o Estado ocupa o lugar da iniciativa privada, de que o investimento público expulsa da economia o investimento privado – fenômeno que é conhecido na academia como *crowding-out*. Muito pelo contrário, o PAC adota a concepção do *crowding-in*: o investimento público atrai para a economia o investimento privado real” (p.12).

O PAC teve como objetivo “romper barreiras e superar limites ao crescimento econômico”, para um período de quatro anos, desenvolver os setores de energia, infraestrutura social e urbana e logística, tendo como meta sustentar um crescimento do PIB de 5% ao ano. Para a realização do PAC o governo flexibilizou a sua política econômica com uma pequena redução do superávit fiscal, de aproximadamente 0,7% do PIB em 2007.

Ao optar pelo PAC notamos uma diferente posição do governo em relação ao crescimento econômico e ao primeiro mandato, mesmo mantendo o tripé ortodoxo, ele se recusa em aprofundar o superávit fiscal. Podemos acompanhar na Tabela 8 a distribuição regional dos investimentos:

TABELA 8: PREVISÃO DE INVESTIMENTO REGIONAL EM INFRA-ESTRUTURA 2007-2020

Em R\$ bilhões	Logística	Energética	Social e Urbana	Total
Norte	6,3	32,7	11,9	50,9
Nordeste	7,4	29,3	47,3	80,4
Sudeste	7,9	80,8	41,8	130,5
Sul	4,5	18,7	14,3	37,5
Centro-oeste	3,8	11,6	8,7	24,1
Nacional	28,4	101,7	50,4	180,5
TOTAL	58,3	274,8	170,8	503,9

FONTE: PAC – Nota à imprensa

Um ano após o PAC, o governo implantou a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP ou PAC da indústria), com quatro principais metas a serem atingidas de acordo com (MARQUES, FERREIRA, 2010):

- 1) Aumento dos gastos com pesquisa e inovação de 0,51% do PIB para 0,65%;
- 2) Elevação da taxa de investimento de 17,6 para 21% do PIB;
- 3) Aumento de 10% na criação de microempresas;
- 4) Aumento da participação das empresas brasileiras nas exportações internacionais de 1,18 para 1,25.

Para viabilizar o programa, o governo reforçou os instrumentos financeiros, creditícios e fiscais voltados à pesquisa e à inovação no setor empresarial e ao incremento das exportações, concedeu desonerações fiscais e financiamentos do BNDES, garantindo cobertura a micro e pequenas empresas.

Em relação à reação a crise internacional de 2008, notamos outra mudança de postura por parte do governo. Para estimular o consumo e manter o padrão dos salários e emprego, reduziu o Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), dos bens duráveis de consumo¹⁸, lançou programas de construção de habitações

¹⁸ Automóveis, eletrodomésticos, materiais de construção, móveis.

populares, além de ter reduzido o Imposto de Renda incidente sobre as remunerações da classe média (BALTAR *et al*, 2008).

4.2.3. Renda E Emprego

Antes de Lula assumir a presidência, podemos afirmar que a principal expectativa de mudança que o novo governo poderia efetivar era em relação ao emprego e salários. Antunes (2005) representa bem essa expectativa:

“Dentro do redesenho de uma nova política econômica e social, um embate crucial será iniciar efetivamente a eliminação da sub-remuneração (e superexploração) do trabalho, uma vez que o salário mínimo no Brasil, em 2003, é cerca de US\$ 70, degradação salarial que particulariza não só o capitalismo brasileiro como também o latino-americano(além, naturalmente, do asiático, para não falar do mundo africano), numa divisão internacional do trabalho que penaliza fortemente os trabalhadores do chamado Terceiro Mundo, onde os salários encontram níveis degradantes, apesar da força e importância do parque produtivo de muitos países, como é o caso do Brasil. Uma política econômica alternativa terá como meta imperiosa a diminuição substancial do desemprego”(p.135).

A fala de Antunes descreve o contexto de deterioração salarial deixada pelos governos de FHC, quando os reajustes salariais foram feitos por três anos abaixo do valor para a inflação do mesmo período, como podemos rever na Tabela 5.

Como mencionado na sessão anterior, o governo Lula obteve bons resultados em relação ao crescimento do PIB, exceto no ano de 2009, quando este foi negativo. O bom desempenho do produto está diretamente associado ao desempenho do mercado de trabalho. A elevação do PIB teve, portanto efeitos positivos na geração de empregos, redução da taxa de desemprego, além de aumento das ocupações protegidas pelas leis trabalhistas por exemplo.

Porém, não podemos atribuir a melhoria das condições de emprego somente ao crescimento econômico, mas a uma política de valorização do salário mínimo, de maior rigor na fiscalização da aplicação da legislação do trabalho, além do papel de negociação dos sindicatos e políticas governamentais de transferência de renda e de negociações entre empresários (BALTAR *et al*,2008).

Na Tabela 9, podemos observar a evolução de importantes indicadores no mercado de trabalho. A seguir:

TABELA 9: EVOLUÇÃO DE INDICADORES SELECIONADOS NO MERCADO DE TRABALHO DE 2003 A 2009

ANO	TAXA DE DESEMPREGO (%)*	GRAU DE INFORMALIDADE (%)**	RENDA MÉDIA DE TODOS OS TRABALHOS (R\$)***
2003	10,5	54,3	865,3
2004	9,71	53,7	870,38
2005	10,19	53,05	909,86
2006	9,22	52	983,26
2007	8,92	50	1.016,66
2008	7,78	49,2	1.041,97
2009	9	48,7	1.068,39

FONTE: IPEADATA com base na Pnad. Elaboração própria.

* Percentual das pessoas que procuraram, mas não encontraram ocupação profissional remunerada entre todas aquelas consideradas "ativas" no mercado de trabalho, grupo que inclui todas as pessoas com 10 anos ou mais de idade que estavam procurando ocupação ou trabalhando na semana de referência da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

** Uma das três diferentes definições do grau de informalidade oferecidas no IPEADATA com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE, esta taxa corresponde ao resultado da seguinte divisão: (empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria) / (trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria).

*** Média, por pessoa ocupada, dos rendimentos mensais brutos totais em dinheiro recebidos em todos os trabalhos no mês de referência da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE).

Temos, portanto, como principal resultado da política de fiscalização do governo, uma diminuição do emprego informal, mantendo-se durante todo o governo Lula, também nota-se aumentos crescentes na renda média de todos os trabalhos. Já o grau de desemprego se mantém inconstante durante todo o governo. Ainda assim, temos dois importantes elementos que nos indicam um crescimento sustentado para o mercado de trabalho.

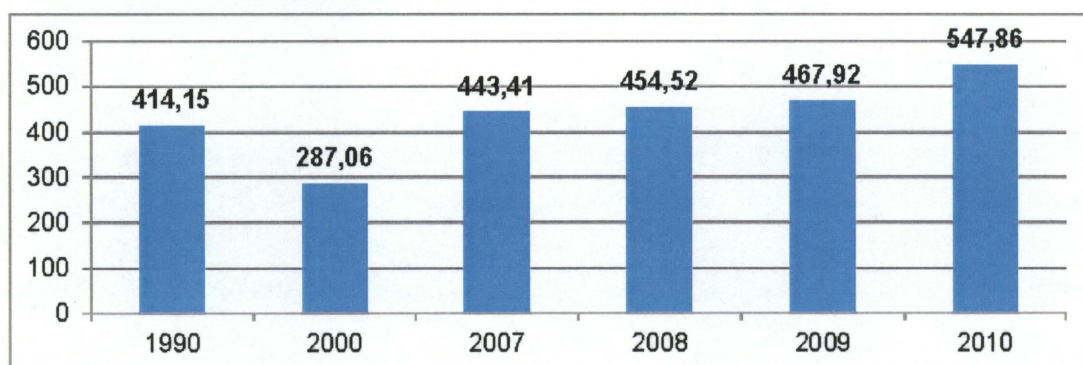
Temos no governo Lula uma política de valorização do salário mínimo. A partir de 2003 constantes reajustes foram feitos acima da inflação. Ainda que o salário mínimo seja apenas uma referência, e esteja muito aquém daquele tido como ideal pelo DIEESE, que para o ano de 2010 foi estimado para dezembro em R\$ 2.227,00, é importante destacarmos essa política. O progressivo aumento do valor real do salário mínimo num contexto de crescimento econômico e da elevação da arrecadação pública favorece os segmentos dos trabalhadores com menor renda,

contribuindo para a redução das desigualdades nos rendimentos do trabalho e na renda das famílias. Seu efeito vai além de um aumento do consumo e aquecimento da economia, para Cano (2011):

“Essa restauração parcial do salário mínimo, feita a partir do governo Lula, foi extremamente significativa não apenas para o aumento do consumo, mas a melhoria real do bem estar da população de baixa renda. Isso, e mais os efeitos da Constituição de 1988, notadamente a questão da aposentadoria rural, foi importantíssima, tanto é que diminuiu os fluxos de migrantes nordestinos para São Paulo.”

Na Gráfico 11, observaremos a evolução do salário mínimo de 1990 a 2010:

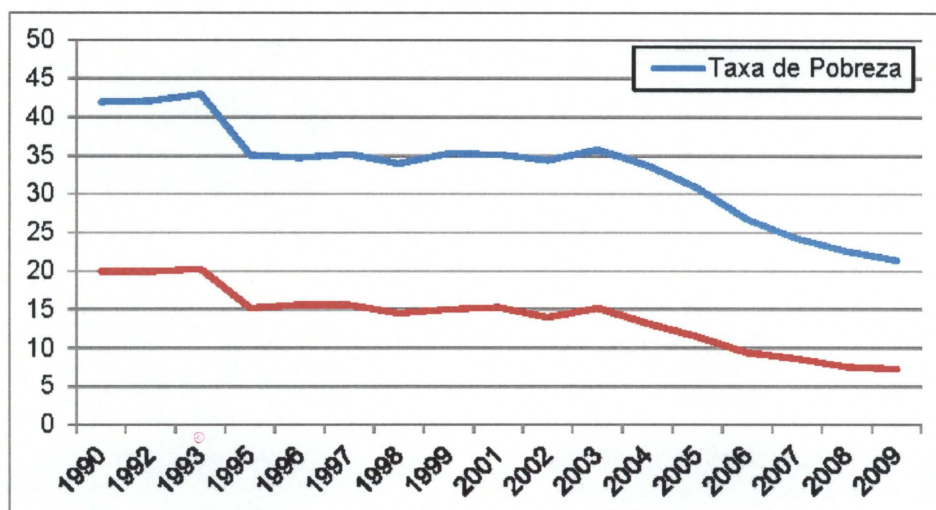
GRÁFICO 11 - SALÁRIO MÍNIMO NOMINAL 1990 A 2010



FONTE: IPEADATA (2011).

Na Gráfico 12, observamos a política de valorização do salário mínimo no segundo governo Lula, quando este sofreu reajustes anuais, sendo o maior deles para o ano de 2010. Para entendermos a importância de manter constantes os reajustes reais dos salários vamos apresentar aqui a evolução da taxa de pobreza e pobreza extrema.

GRÁFICO 12 - EVOLUÇÃO DA TAXA DE POBREZA* E POBREZA EXTREMA** 1990 A 2009



*Percentual de pessoas na população total com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza.

**Percentual de pessoas na população total com renda domiciliar per capita inferior à linha de extrema pobreza (ou indigência, ou miséria).

FONTE: IPEADATA. Elaboração Própria.

Notamos, principalmente no segundo mandato de Lula, uma redução acentuada das duas taxas ilustradas no gráfico. Porém, não podemos ignorar que pelo menos 20% da população brasileira está inserida na Taxa de Pobreza, e 7% vivem na miséria extrema.

Para entendermos melhor os avanços positivos na diminuição das taxas de pobreza e pobreza extrema, dedicaremos a próxima sessão às principais políticas sociais do governo Lula.

4.2.4. Políticas Sociais

O “carro-chefe” das políticas sociais do governo Lula, ainda na sua campanha à presidência, foi o combate à fome, através do Programa Fome Zero. Esse programa previa repasses de renda às famílias em situação de pobreza extrema, que com a bolsa recebida mensalmente poderiam comprar apenas produtos alimentícios determinados pelo governo.

De início esse programa fracassou, fazendo com que em 2004 o governo criasse o Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome (MDS)

centralizando nesse ministério os programas sociais de caráter assistencial. No governo FHC já havia planos sociais, como a Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação e o Auxílio Gás, porém esses planos eram vinculados a ministérios distintos. No governo Lula, o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás, Cartão Alimentação ficaram unificados em um só plano, aumentando assim a parcela recebida pelas famílias, esse plano foi assim chamado Bolsa Família instituído pela Lei 10.836 de 9 de janeiro de 2004(MARQUES,MENDES,2006).

O Bolsa Família tem quatro divisões principais, que serão expostas aqui:

1) Benefício Básico: o valor repassado mensalmente é de R\$ 70 e é pago às famílias com renda mensal de até R\$ 70 per capita, mesmo não tendo crianças, adolescentes ou jovens.

2) Benefício Variável: o valor é de R\$ 32 e é pago às famílias com renda mensal de até R\$ 140 per capita, desde que tenham crianças e adolescentes de até 15 anos. Cada família pode receber até cinco benefícios variáveis, ou seja, até R\$ 160.

3) Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ): é pago o valor de R\$ 38 a todas as famílias que tenham adolescentes de 16 e 17 anos frequentando a escola. Cada família pode receber até dois BVJs.

4)Benefício Variável de Caráter Extraordinário (BVCE): pago às famílias dos Programas Auxílio-Gás, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação, cuja migração para o Bolsa Família cause perdas financeiras, o cálculo é feito para cada família(MDS,2011).

Portanto o valor máximo que uma família poderá receber é de R\$ 306, para o caso de ter cinco crianças menos de 15 anos ou nutrízes e dois adolescente de 16 até 17 anos. Partindo de que o público alvo que recebe a bolsa, tem renda per capita inferior a R\$70 por mês, a bolsa afeta as condições básicas da família, tendo como seu principal gasto a alimentação familiar. Segundo o levantamento mais recente do MDS, em outubro de 2011, 13.174.147 milhões de famílias receberam o Bolsa Família, tendo a cobertura, de acordo com a quantidade de pobres da Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílio de 2006(PNAD) de 101% da população classificada pobre. Para MARQUES *et al* (2010) sobre o Bolsa Família:

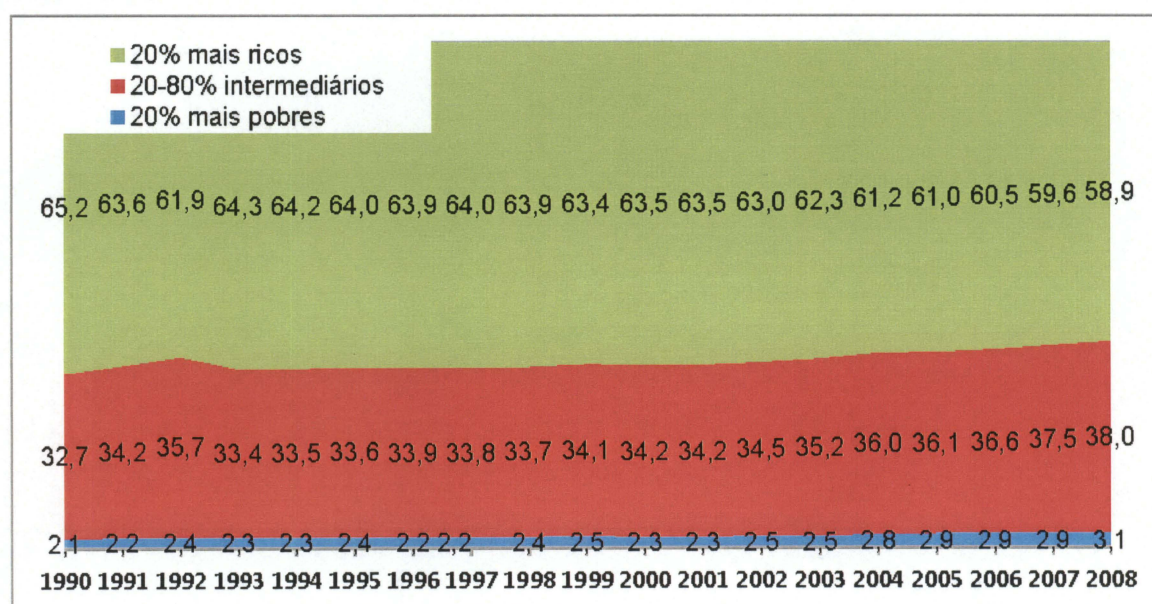
“Constituí um esforço sem paralelo, de transferência de renda para as famílias mais pobres, na história do país. Os programas sociais realizados pelos governos militares mediante a Legião Brasileira de

Assistência (LBA) e mesmo os iniciados durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso não se comparam, em valor e quantidade de beneficiados, aos implementados durante o governo Lula [...] do ponto de vista político, a implementação do Bolsa Família está permitindo que o governo Lula estabeleça fortes vínculos com a população por ele beneficiada, direta ou indiretamente, o que explica sua popularidade em várias zonas do país. Não há como negar que a população pobre está atualmente em melhores condições do que antes, mesmo se ela tiver piorado sua situação em relação aos mais ricos”(p.69).

A PRINCIPAL CRÍTICA AO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA É O FATO DESSE PROGRAMA NÃO SE CONSTITUIR EM UM DIREITO PERMANENTE E SIM UMA POLÍTICA GOVERNAMENTAL, QUE PODE SER ALTERADA DE ACORDO COM OS INTERESSES DO PRESIDENTE, OU SEJA, O COMBATE À POBREZA CONTINUA TENDO UM CARÁTER ASSISTENCIAL, ALÉM DE MANIPULADOR, POR DEIXAR A POPULAÇÃO DEPENDENTE DESSE BENEFÍCIO EM CONSTANTE ESTADO DE INSEGURANÇA.

Gráfico 13 Podemos observar no Gráfico 13 a evolução da distribuição da renda por estratos. Notamos que 20% da população ainda detém a maior parte da renda, sendo responsável em 2008 pela detenção de 58,9% do total da renda gerada no país, mesmo sendo um valor elevado, em 1990 ele era de 65,2 % do total. O dado mais significativo para a nossa análise, principalmente no que diz respeito aos impactos do Bolsa Família é o aumento da parcela que os 20% mais pobres detém, para 1990 era de 2,1% do total da renda, em 2008 esse valor foi de 3,1% do total.

GRÁFICO 13 - PORCENTAGEM DA RENDA NACIONAL DETIDA POR ESTRATOS DE RENDA 1990 A 2008



*Exclusive a população rural dos Estados de RO, AC, AM, RR, PA e AP.
 FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD.

Falaremos agora das políticas voltadas para a promoção da saúde no governo Lula. Muitas críticas surgem a esse tema, e um dado alarmante merece destaque: em 2007, os gastos com juros da dívida pública que totalizaram R\$ 160 bilhões, equivaleram a 3,3 vezes o gasto realizado pelo Ministério da Saúde na promoção de programas e ações a serviço da saúde nesse mesmo ano (MARQUES FERREIRA, 2010).

O direito a saúde foi definido, assim como o conceito de Seguridade Social na constituição de 1988, como de caráter de público acesso. Nesse contexto surge o Sistema Único de Saúde (SUS), de forma contraditória, já que surge no contexto de liberalização econômica e contenção de gastos públicos. O principal problema presente na consolidação do SUS nesse período é o de financiamento, enfrentando vários problemas e disputas com outros programas de Seguridade Social.

Entre 1993 e 2005 a principal fonte de financiamento foram as contribuições sociais, embora uma parcela também tenha sido fiscal, gerada por meio da Contribuição provisória sobre a movimentação financeira (CPMF) que era exclusivamente destinada à saúde até o ano de 1998. Cabe lembrar que a CPMF foi extinta em 2007.

O governo Lula promoveu vários programas de cunho popular, como o Brasil Sorridente, Farmácia Popular e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). O governo também aprovou o Estatuto do Idoso, e apresentou a Política Nacional de Atenção Integral à Mulher com o lançamento de duas normas técnicas para o atendimento de vítimas de violência sexual e de atenção ao abortamento, também buscou articular um programa de saúde e prevenção contra DST's nas escolas da rede pública. Ainda ampliou o Programa de Saúde das Famílias (PSF) que foi um dos mais significativos, na política de saúde do governo Lula, com 22.683 equipes em 2005, crescimento de 31,9% em relação ao ano anterior abrangendo 5.028 municípios.

Na Tabela 10, temos as despesas com saúde do Ministério da Saúde como proporção do PIB. Mesmo com o lançamento de vários programas, notamos que há uma constância de valores, levando-nos a crer que poucos esforços na elevação dos gastos com saúde foram feitos durante o governo Lula.

TABELA 10 - DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM PROPORÇÃO DO PIB 1995 A 2010

Ano	Empenhado (R\$ milhões correntes)	PIB (R\$ milhões correntes)	Despesa em % PIB
1995	12.212,00	705.640,89	1,73%
1996	12.407,00	843.965,63	1,47%
1997	15.464,00	939.146,62	1,65%
1998	15.245,00	979.275,75	1,56%
1999	18.353,00	1.064.999,71	1,72%
2000	20.352,00	1.179.482,00	1,73%
2001	22.474,00	1.302.136,00	1,73%
2002	24.737,00	1.477.822,00	1,67%
2003	27.181,00	1.699.948,00	1,60%
2004	32.703,00	1.941.498,00	1,68%
2005	37.146,00	2.147.239,00	1,73%
2006	40.778,00	2.369.484,00	1,72%
2007	44.100,00	2.661.344,00	1,66%
2008	50.264,50	3.032.203,00	1,66%
2009	58.261,40	3.239.404,00	1,80%
2010	61.095,80	3.770.084,87	1,62%

FONTE: ANFIP e IPEADATA. Elaboração Própria.

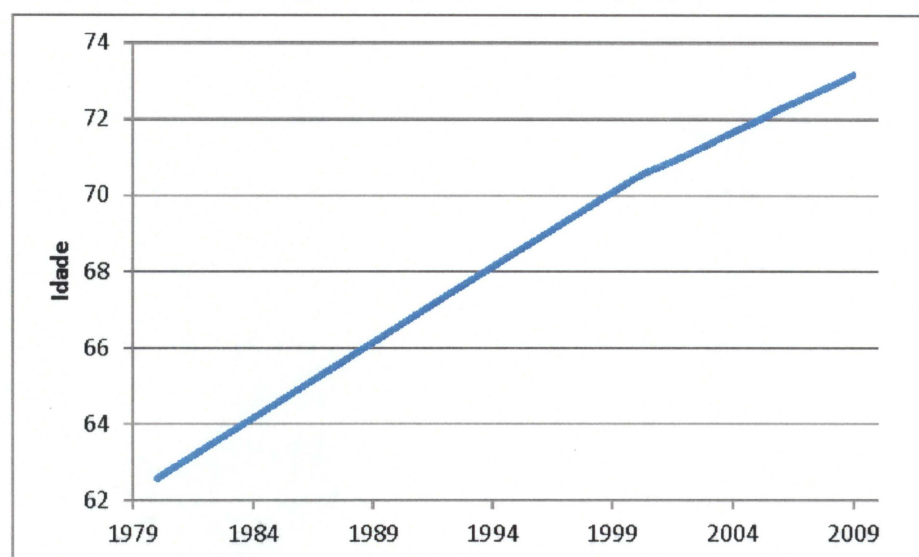
Uma importante crítica feita por Marques (2010) é sobre a Desvinculação da Receita da União(DRU), que funciona a 18 anos da seguinte maneira: desvincula 20% receitas da União provenientes de impostos e contribuições permitindo ao governo livre aplicabilidade desses recursos, que usualmente são destinados ao pagamento de gastos fiscais ou contabilizados diretamente no superávit primário.

Como tentativa de acabar com a indefinição dos recursos financeiros repassados a Seguridade Social, foi aprovada em 2000 a Emenda Constitucional (EC) 29, que estabeleceu no seu primeiro ano em vigor que municípios deveriam destinar pelo menos 7% dos impostos para o repasse a saúde. A EC 29 previa aumentos gradativos de gastos que em 2004 deveria atingir 15% para os municípios e 12% para os Estados. A principal crítica a EC 29 é a inclusão indevida por parte dos Estados de gastos que não deveriam ser contabilizados como destinados a saúde, como por exemplo: empresas de saneamento, merenda escolar e habitação urbana.

Para finalizarmos nossa breve análise sobre a saúde vamos apresentar a evolução de um indicador importante, que entra no cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que têm melhorado, é a expectativa de vida ao

nascer. No Gráfico 14, percebemos que em quase três décadas, a expectativa de vida ao nascer teve um acréscimo significativo de 10 anos. Em 2009 a expectativa do brasileiro de ambos os sexos ficou em 73 anos de vida. Além desse dado, a mortalidade infantil que era de 69,12% para cada mil nascidos vivos em 1980 no Brasil, em 2009 foi de 22,47%, ou seja, uma diminuição de mais de 45% de mortalidade (IBGE, 2011).

GRÁFICO 14 - EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER DE AMBOS OS SEXOS 1980 A 2009



FONTE: IBGE – Tábuas completas de mortalidade - 2009

Falaremos agora da Educação no governo Lula. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) é o documento centralizador das políticas educacionais do governo e é tratado pelo Ministério da Educação (MEC) como um plano executivo para a educação. As prioridades do PDE são o ensino básico e superior. No ensino básico há políticas de qualificação de professores e a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb) criado em 2006 ampliando a relação com o Fundo anterior, o Fundo de Financiamento e Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

O Fundef que era o principal mecanismo de financiamento do ensino básico, criado ainda no governo FHC, agora se inter-relaciona com o Fundeb, esses dois fundos contemplam a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. O governo estabeleceu um programa com duração de 14 anos a partir de 2007, onde no terceiro ano o repasse dos recursos dos estados foi determinado em 10% do total

arrecadado. A qualidade da educação nas escolas é responsabilidade dos agentes educacionais, e é medida através da Prova Brasil e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Idep).

No Ensino Superior o MEC expandiu vagas através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) juntamente com o Plano Nacional de Assistência Educantil (Pnaes). O PDE também ampliou as vagas do Programa Universidade Para Todos (Prouni). O Prouni é o programa que oferece bolsas para estudantes carentes em universidades particulares. O PDE também tem como foco a educação profissional, ampliando a criação e oferta de vagas nos Institutos Federais de Educação e Tecnologia (Ifet).

Na Tabela 11, temos a evolução da taxa de alfabetização no Brasil por regiões e gênero e localização. Notamos que entre os jovens de 15 a 24 anos, de 1992 até 2008, houve uma redução de 7,5% no analfabetismo. A Tabela 11 também nos releva as desigualdades regionais, a região Sul e Sudeste são as que apresentam a menor quantidade de analfabetos, correspondendo a 1% do total da população entre 15 e 24 anos, enquanto a região com a maior parcela de analfabetos é a Nordeste.

TABELA 11 - TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DAS PESSOAS DE 15 ANOS OU MAIS POR REGIÃO IDADE, SEGUNDO SEXO, COR/RAÇA E LOCALIZAÇÃO 1992, 2005 E 2008

CARACTERÍSTICAS SELECIONADAS	Taxa de alfabetização		
	1992	2005	2008
Total	91,3	97,2	97,8
Norte	94	96,8	97,5
Nordeste	80	93,7	95,7
Sudeste	96,5	98,9	99
Sul	96,8	98,8	99
Centro-Oeste	95,4	98,7	98,8
Sexo			
Masculino	89,2	96,2	97,2
Feminino	93,5	98,1	98,5
Cor/raça			
Branca	95,6	98,4	98,7
Preta e Parda	86,8	96	97,3
Localização			
Rural	94,8	92,6	94,6
Urbana	78,8	98,1	98,5

FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD; elaborada por Inep/DTDIE.

Apesar da diminuição da taxa de analfabetismo, ainda temos um enorme déficit educacional, segundo o comunicado n. 124 do IPEA (2011): “*Financiamento da educação: necessidades e possibilidades*”, em 2009, 8% da população em idade escolar não frequenta a escola, essa porcentagem corresponde a aproximadamente 3.700 milhões de crianças e jovens de 4 a 17 anos. O relatório considera o gasto per capita por aluno e afirma que para que esses jovens frequentem a escola seria necessário um gasto adicional de R\$ 9.752.904.788 bilhões. O estudo do IPEA (2011) revela ainda que apesar do déficit educacional:

“... houve uma ampliação real do gasto em educação realizado pelas três esferas de governo no período transcorrido entre 1995 e 2009, saindo de R\$73,5 bilhões para R\$161,2 bilhões, um crescimento real de 119,4% em 15 anos, equivalente a 5,9% ao ano” (p.9).

Uma importante conclusão do comunicado é a de que a atual capacidade de financiamento da educação, que corresponde a 5% do PIB, consegue apenas cobrir necessidades e realizar pequenos progressos, e esse valor está muito aquém do ideal, a sugestão do relatório é que outras fontes de financiamento sejam buscadas.

5. CONCLUSÃO

O objetivo desse estudo foi compreender o contexto do surgimento do neoliberalismo no Brasil e o seu desenrolar, avaliando principalmente a conduta do governo Lula, que representou uma expectativa de ruptura do regime vigente.

Pudemos averiguar que o neoliberalismo surge e se aprofunda no Brasil devido à insuficiência do modelo desenvolvimentista em controlar o déficit fiscal, que é agravado pelas duas crises do petróleo e fuga massiva de capitais. O Brasil e a América Latina passaram por uma profunda recessão e crise de confiança externa, que elevaram a inflação e fragilizam a economia desses países. Nesse contexto a principal “promessa” do liberalismo já vigente no mundo globalizado é a contenção da inflação nos países latino-americanos.

O Brasil só irá adotar efetivamente as políticas neoliberais com o Governo Collor e o seu Programa Nacional de Desestatização (PDE). Nesse governo são iniciadas as principais medidas de desregulamentação financeira, privatizações, fim de tarifas alfandegárias e fortalecimento do mercado de capitais.

A inflação só seria estabilizada no governo FHC, a partir do Plano Real. É nesse governo que as medidas liberalizantes são aplicadas com mais vigor, através do regime de metas de inflação, câmbio flutuante, diminuição dos gastos do governo, prioridade à obtenção de superávits fiscais, e, principalmente elevação nas taxas de juros. A elevação da taxa de juros atraiu capitais especulativos e quando, da sua saída, culminou na crise de 1999. O governo FHC deteriorou os salários, elevou a dívida pública, aumentou o grau de informalidade e desemprego na economia e desestimulou o setor produtivo com sua política de juros elevados.

Devido à tamanha insatisfação com o governo FHC, pela primeira vez no Brasil, um partido de esquerda consegue ascender à presidência, tendo como seu representante Luiz Inácio Lula da Silva. A eleição de Lula representou um ponto de inflexão na política brasileira, e sua vitória em 2002 gerou expectativas de ruptura com o modelo vigente. Entre as principais expectativas com o novo governo estavam as ligadas ao emprego, como o fim da sub-remuneração. Também almejavam que fosse dada prioridade a soberania nacional, atenção a população carente e o fim da obediência as políticas indicados pelo FMI.

Podemos observar que o governo Lula não rompeu com o neoliberalismo vigente e nem colocou em prática um plano B de administração. Lula prosseguiu

com as políticas neoliberais, e até incorreu o risco de tornar-se impopular em um primeiro momento, quando elevou as taxas de juros e aumentou a meta de superávit fiscal sem a recomendação do FMI.

O primeiro mandato de Lula foi dedicado à reversão do malogrado contexto econômico deixado por FHC. Devido à políticas do governo e ao crescimento econômico internacional, que ofereceu um contexto favorável à economia brasileira, tivemos importantes melhoras no cenário econômico brasileiro, como: recuperação da balança comercial, diminuição do déficit público, crescimento do PIB e aumento da poupança externa.

O segundo governo Lula difere do primeiro, nesse as políticas sociais ganham força maior, é nesse período que se dá o lançamento do PAC. Para viabilizar o PAC, o governo reduz a meta de superávit fiscal e faz uma tentativa de diminuir as desigualdades regionais, como detalhado na Tabela 8, a região Nordeste recebe quase a metade dos recursos que são destinados à melhora da infraestrutura.

Notamos uma postura diferente do governo durante a crise de 2008, que ao invés de controlar os gastos do governo decide diminuir o IPI, aquecendo o consumo. Em relação a renda e emprego o governo promoveu constantes reajustes do salário mínimo, mesmo não sendo o tido como ideal pelo DIEESE, essa política incide positivamente sobre as camadas mais pobres da população. No Gráfico 12, notamos os efeitos da política salarial, impactando na redução da pobreza e pobreza extrema.

As políticas sociais são de caráter popular e assistencialista, mas não podemos deixar de ressaltar a melhora da renda detida pelos mais pobres, que é consequência do maior programa universal de transferência de renda colocado em prática no Brasil, o Bolsa Família. No governo Lula obtivemos avanços na saúde, com aumento da expectativa de vida e redução da mortalidade infantil. Na educação, com ampliação dos programas de ensino e acesso à universidade. Ainda sim, notamos uma constância dos recursos repassados a esses setores, que nos indicam que não houve um esforço maior por parte do governo.

Concluimos que o primeiro governo de Lula preocupou-se em reverter a “herança maldita” de FHC, e que o segundo foi mais incisivo nas políticas sociais. Comparando o governo FHC com o de Lula, temos que o segundo conviveu com maiores ambiguidades do que o primeiro: mantendo as políticas neoliberais ao passo que promoveu importantes programas sociais, obtendo avanços em

significativos indicadores. Ainda sim não podemos deixar de lado a questão do bom contexto internacional que favoreceu à administração de Lula ou ignorar a hierarquização política, a pressão da mídia e a dominância do capital financeiro durante toda sua administração.

REFERÊNCIAS

ANFIP. Análise da Seguridade Social 2010. Brasília 2011, 79p. Disponível em: <<http://www.anfip.org.br/publicacoes/livros/includes/livros/args-pdfs/analise2010.pdf>> Acesso em 10/11/11.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

BRASIL, Ministério da Saúde. *Diretrizes e Metas do MS para 2003 – Andamento das Ações*.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 09-23.

ANTUNES, R. **A Desertificação Neoliberal no Brasil**, 2.ed. Autores Associados 2004.

BALTAR *et al*, Estrutura do emprego e renda. **Projeto PIB**, 2008.

Banco Central, Regime de Metas para a Inflação no Brasil. **Série “Perguntas mais frequentes”**. Pg. 7, 2010.

BOITO A. *O Governo Lula e a reforma do neoliberalismo*. 2003.

BOITO A. *A Hegemonia Neoliberal No Governo Lula*. **Crítica Marxista**, n.17. Rio de Janeiro, REVAN, 2003.

CANO, W. *Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980*. Texto para discussão IE UNICAMP, n.193 jul. 2011.

CEPAL 2011. Estatísticas e indicadores. Disponível em: <<http://websie.eclac.cl/infest/ajax/cepalstat.asp?carpeta=estadisticas>> Acesso em 20/11/2011.

CORAZZA, G. *O processo de privatização do Governo Collor*. **Indicadores Econômicos FEE**, v.18, n.1. Porto Alegre, 1990.

DRAIBE, S. *A política Social no período FHC e o sistema de proteção social*. **Tempo Social USP**, 2003.

FILGUEIRAS, L, GONÇALVES, R. *A Economia Política do Governo Lula*. Contraponto, 2007.

FILGUEIRAS, F., PINTO, E. *Governo Lula: Contradições e impasse da política econômica*. Modificado da 2ª edição do livro **“História do Plano Real”**, Boitempo, 2003.

FERRARI, F.F. *A Ortodoxia econômica do governo LULA da Silva e a busca da esperança a partir de uma proposição de política econômica alternativa*. **Indicadores Econômicos FEE**, v.33, n.1. Porto Alegre, jun. 2005.

FIORI, J. *Para repensar o papel do Estado sem ser um neoliberal*. **Revista de Economia Política**, v. 12, n. 1, p. 78, jan/mar. 1992.

HAYEK F. **O caminho da servidão**. Routledge Press, 1944

GIAMBIAGI F., PINHEIRO A. *As empresas estatais e o programa de privatização do governo Collor*. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 262, ago. 1992.

GONÇALVES, R. *A herança e a ruptura: cem anos de história econômica e propostas para mudar o Brasil*. Garamond, Rio de Janeiro, 2003.

IBGE, Tábuas completas de mortalidade – 2009. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1767&id_pagina=1. Acesso em 05/12/2011.

KRISCHKE, J.P. *O sindicalismo e a trajetória do PT*. **Cadernos de pesquisa interdisciplinar em ciências humanas**, n.85, Florianópolis, nov. 2006.

MARQUES, R. M., FERREIRA, M. R. J. *O Brasil sob nova ordem: a economia brasileira contemporânea: uma análise dos governos Collor a Lula*. Saraiva, São Paulo, 2010.

MARQUES R., MENDES A. *O social no governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal*. **Economia Política**, v.29, n.1. jan/mar. 2006.

OLIVEIRA, F. *O enigma do governo lula: Ruptura ou continuidade?* Citado em: *Mudanças no trabalho e ação sindical*, editora Cortez, 2005.

PAULANI, L. *Brasil Delivery: a política econômica do governo Lula*. **Economia Política**, v.23, n.4, p. 59. Dez. 2003.

PREBISCH, R. *Dinâmica do desenvolvimento latino americano*. Editora Fundo de Cultura. 2ª edição.1964.

SADER, E. *A vingança da história*. Boitempo, 2003

SECEX. Comércio Exterior. Estatísticas de Comércio. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=567>> Acesso em 20/11/2011.

SICSÚ, J. *Definições, primeiros resultados e perspectivas da política econômica do governo Lula*. **Economia e Sociedade**, v.12, n.2, p.311. Campinas, dez. 2003

SIMONSEN, SIMONSEN, M. H. e CYSNE, R. P. **Macroeconomia**. Editora Atlas. São Paulo, 1995

TAVARES C.M, FIORI L.J, *Desajuste global e modernização conservadora*. Editora Paz e Terra, 1.ed. 1993

TCU, **Relatório e parecer prévio sobre as contas do governo da República**, 2010. Disponível em:

<http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/contas/contas_governo/contas_10/Sumario%20Executivo.pdf>

Acesso em 18/12/2011.